



Justiça Fiscal

Ano 6/Número 18/janeiro 2014



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sucateada

*Sonegadores e corruptos
agradecem ao Ministério
da Fazenda e à
Advocacia-Geral da União*

SONEGÔMETRO

SINPROFAZ mantém
atualização dos números
vergonhosos da sonegação no Brasil

Vitória da Carreira: Honorários estão no texto do Novo
Código de Processo Civil aprovado na Câmara

QUER SABER, NA REAL, O PESO DA CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO?



Baixe agora mesmo o aplicativo **NA REAL** para smartphones e tablets IOS e Android.
Para saber mais, visite o site www.quantocustaobrasil.com.br



Para Android



Para IOS

Campanha Nacional da Justiça Fiscal
Realização



Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional

Sumário

| | |
|----|---|
| 3 | Editorial |
| 4 | Honorários: Uma vitória histórica da Carreira logo no início de 2014 |
| 9 | SINPROFAZ homenageia parlamentares dedicados às causas da Advocacia Pública |
| 11 | Debates e conagração – Veja como foi o 13.º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional |
| 19 | Carreira aguarda votação da PEC n.º 82/07 |
| 22 | Sucateamento da PGFN – Sonogômetro segue suscitando na sociedade um debate inadiável |
| 26 | Opinião – A República da impunidade tributária – Por Heráclio Camargo |
| 27 | Sonogômetro: Métricas para a cidadania Por Hugo Cesar Hoeschl |
| 32 | Lei Anticorrupção – Empresas podem ser punidas sem a necessidade de culpa ou dolo |
| 34 | SINPROFAZ nas bases – PFNs de Osasco e da PRFN3 expõem problemas ao Sindicato |
| 36 | Homenagem especial – 30 anos do DIAP |
| 38 | Prêmio Nacional de Educação Fiscal: Na Real classifica-se entre as 10 iniciativas finalistas |
| 39 | Entrevista – Marcos da Costa, presidente da OAB SP, e Ricardo Toledo Santos Filho, presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB SP: Importante espaço para a Advocacia Pública no estado |
| 43 | 1.º Torneio da Advocacia Pública de PE – Apoio do SINPROFAZ à integração das Carreiras por meio do esporte |
| 45 | Política/Opinião – Como sempre, mas diferente Por Murillo de Aragão |
| 46 | Literatura – PFN Luiz Fernando Serra Moura Correia traduz mais um Tomo da “Historie de France” |
| 47 | Conheça o Clube do Choro de Brasília, maior templo da música instrumental brasileira |



Diretoria do SINPROFAZ – Biênio 2013/2015

Presidente

Heráclio Mendes de Camargo Neto

Vice-Presidente

Liciane Tenório Cavalcante

Diretor Secretário

José Ernane de Souza Brito

Diretor Administrativo

Achilles Linhares de Campos Frias

Diretora Jurídica

Maria Regina Dantas de Alcântara

Diretora de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos

Regina Tamami Hirose

Diretor de Relações Intersindicais

João Paulo Cordeiro Cavalcanti

Diretor Cultural e de Eventos

José Marcos Quintella

Diretor de Assuntos Relativos aos Aposentados

José Vilaço da Silva

Diretor de Assuntos Parlamentares

Marcos Antonio de Freitas Costa

Diretor de Comunicação Social

Valter Ventura Vasconcelos Neto

Diretora Suplente

Chrissie Rodrigues Knabben Gameiro Vivancos

Diretora Suplente

Helena Marques Junqueira

Diretora Suplente

Thaísa Juliana Sousa Ribeiro

Diretor Suplente

Amersson Teixeira de Carvalho

SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional
SCN – Quadra 06 – Ed. Venâncio 3000 – Salas 403, 415 e 416 – CEP 70716-900 – Brasília-DF
Telefax: (61) 3964 1218
E-mails: sinprofaz@sinprofaz.org.br infosind@solar.com.br

REVISTA JUSTIÇA FISCAL – Ano 6, n.º 18, janeiro/2014
ISSN 2317-3750
Editada por: F4 Comunicação – Tel.: (61) 3224 5021
Diretor de Redação: Heráclio Mendes de Camargo Neto
Editora e Jornalista Responsável: Lécia Viana (RP 2715/DF)
Reportagem: Paulo Passos (RP 2059/DF)
Projeto Gráfico: Fernanda Medeiros
Fotos: Eurípedes Teixeira e arquivo SINPROFAZ
Tiragem: 10 mil exemplares



Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não constituem necessariamente a linha editorial da revista.

Trabalho árduo e resolução pela melhoria das condições de trabalho na PGFN!

A Revista Justiça Fiscal destaca a situação de sucateamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) cometida pelo Ministério da Fazenda (MF) em concurso com a Advocacia-Geral da União (AGU).

A falta de estrutura da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional é notória, conhecida e festejada por sonegadores e corruptos, que desviaram mais de 415 bilhões de reais em 2013, segundo estudo do SINPROFAZ. (Fonte: sonegômetro.com)

A Carreira de Procurador da Fazenda Nacional conta com 0,5 servidor de apoio por Procurador; sistemas informatizados inoperantes; centenas de cargos de PFN vagos há seis anos; bolsa de estagiários abaixo das demais Funções Essenciais à Justiça; entre outros desmandos de um governo de “cabeças de planilha”, que trabalha diligentemente contra o Erário e contra o Povo.

Porém, o tratamento displicente conferido aos Procuradores da Fazenda Nacional não inibe o trabalho de excelência e denodo da Carreira, cujos recordes sucessivos de arrecadação ensejaram um retorno de R\$ 20,96 para cada R\$ 1,00 aplicado na PGFN, somente computando-se a arrecadação da Dívida Ativa da União (DAU) na cobrança dos tributos federais.

Mas, muito além disso, o número mais significativo de nosso trabalho é o retorno de R\$ 298,21 para cada R\$ 1,00 investido na PGFN, porque temos que levar em conta as vitórias judiciais e extrajudiciais na defesa da Fazenda Nacional, que resultaram numa economia bilionária. (Fonte: PGFN em Números – publicação oficial da PGFN.)

Exigimos respeito, condições de trabalho dignas e contrapartida remuneratória consonante com o exercício de nossa Função Essencial à Justiça!

Nas páginas seguintes, há reportagens sobre a atuação cotidiana do SINPROFAZ, alguma vitória com os pés no chão, a realidade de nosso trabalho e o empenho dos filiados ao SINPROFAZ para defender os interesses da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, a qual trabalha com esmero pelo soerguimento do Brasil, país em que metade da população sobrevive sem saneamento básico em 2014.

Mesmo país que, em 2014, produz outro criminoso superávit primário – nada mais do que um falso superávit, que não leva em conta o rombo trilionário (isto mesmo: trilonário) causado pela prática de escorchantes taxas de juros oficiais, que concentram a renda, sucateiam as Políticas e Carreiras Públicas e humilham a Nação.

Boa e desafiadora leitura!

Heráclio Camargo
Presidente do SINPROFAZ

Câmara materializa acordo firmado em 2012

A aprovação do dispositivo do Novo Código de Processo Civil foi o resultado de incansável trabalho dos Advogados Públicos junto aos parlamentares. Matéria segue para aprovação do Senado e, depois, para sanção da presidente Dilma

A luta foi árdua. E longa. Mas no dia 4 de fevereiro, a Câmara dos Deputados finalmente aprovou o dispositivo do Novo Código de Processo Civil (CPC – PL n.º 8.046/10) que autoriza o pagamento de honorários para Advogados Públicos. O texto-base fora aprovado em novembro de 2013. Os destaques, entre eles o que se refere aos honorários, não foram apreciados naquela oportunidade. Dali em diante, o SINPROFAZ e as demais entidades representativas dos Advogados Públicos intensificaram a mobilização para convencer os parlamentares a votar favoravelmente à demanda da Carreira.

Durante a negociação salarial de 2012, o SINPROFAZ entabulou um acordo com o governo federal para a percepção dos honorários. A Câmara dos Deputados, apesar do trabalho contrário do governo, o que muitas vezes gerou o adiamento das sessões marcadas para a votação dos destaques, acabou por honrar esse acordo. Os deputados rejeitaram, por 206 votos a 159, o destaque do PP que pretendia retirar do texto global do PL n.º 8046/10, aprovado ano passado, o destaque sobre o pagamento de honorários aos Advogados Públicos.

A votação do destaque encer-



Luis Macedo/Ag. Câmara

Sessão Plenária da Câmara, dia 4 de fevereiro, que votou os destaques do Novo CPC



Mobilização das entidades da Advocacia Pública Federal rendeu frutos

rou uma das maiores polêmicas do Novo Código de Processo Civil. As lideranças das três maiores bancadas da Câmara – PT, PMDB e PP-PROS – haviam orientado seus deputados a votar contrariamente aos honorários. Mas foram derrotados. Nas galerias, Advogados Públicos comemoraram.



SINPROFAZ e lideranças da Advocacia Pública Federal com o deputado João Campos de Araújo (PSDB-GO)...

Trabalho

A aprovação do destaque que assegura os honorários não teria sido possível sem o engajamento dos Procuradores que, em Brasília e nos estados, desenvolveram um trabalho incansável de convencimento junto a vários deputados federais. Ele conversaram e esclareceram os parlamentares sobre o assunto, na tentativa de angariar apoios à causa.

OAB

O trabalho de abordagem aos parlamentares na Câmara Federal contou com o importante reforço da Ordem dos Advogados do Brasil. O apoio da OAB Nacional foi fundamental para o trabalho de convencimento dos parlamentares sobre a legitimidade do pleito dos Advogados Públicos. No dia 4 de dezembro, por exemplo, o presidente do Conselho Federal da Ordem, Marcus Vinicius Coêlho Furtado, acompanhou a diretoria do SINPROFAZ e de outras entidades da Advocacia Pública em visitas a vários gabinetes na Câmara dos Deputados.

Frente Parlamentar

O coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública, deputado Fábio Trad (PMDB/MT), esteve todo o tempo ao lado dos Advogados Públicos. Nas comissões, no plenário e, a exemplo do presidente da OAB, Fábio Trad acompanhou as entida-



... e com o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), acompanhados do presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Coêlho

des em algumas visitas a gabinetes de outros deputados.

Apoios

Muitos parlamentares, ao longo do processo de convencimento construído pelos Advogados Públicos, declararam apoio aos membros da Carreira da AGU. Além do coordenador da Frente, deputado Fábio Trad, e do relator do projeto em plenário, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que enfrentou a orientação contrária do governo para sustentar seu compromisso com a Carreira, o presidente do SINPROFAZ destaca vários deputados: Marcos Rogério (PDT-TO), Glauber Braga (PSB-RJ), Anthony Garotinho (PR-RJ), Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), Benjamin Maranhão (PMDB-PB), Júnior

Coimbra (PMDB-TO), Luiz Carlos (PSDB-AP), Jerônimo Goergen (PP-RS), Efraim Filho (DEM-PB), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Miro Teixeira (PDT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), Bruno Araújo (PSDB-PR), Margarida Salomão (PT-MG), Luciana Santos (PCdoB-PE) João Paulo Lima (PT-PE), Silvio Costa (PSC-PE), Eduardo da Fonte (PP-PE), Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), Otávio Leite (PSDB-RJ), José Guimarães (PT-CE), Rubens Bueno (PPS-PR), Alex Canziani (PTB-PR), Givaldo Carimbão (PROS/AL), Renan Filho (PMDB/AL), Vilalba (PP-PE), Severino Ninho (PSB-PE) e Jorge Corte Real (PTB-PE).

A luta não terminou. Agora os Advogados Públicos voltam suas atenções para o Senado Federal, onde vão defender seus direitos.

Histórico da luta

A batalha do SINPROFAZ começou ainda em julho de 2013, quando, após acalorados debates, membros da Comissão Especial do PL n.º 6.025/05 rejeitaram o destaque que garantiria aos Advogados Públicos a percepção de honorários sucumbenciais. Apesar da presença de dirigentes do Sindicato alimentando os parlamentares com informações, a matéria, encaminhada pelo deputado Efraim Filho (DEM-PB), acabou rejeitada.

Em setembro, o SINPROFAZ denunciou as contradições da AGU, que reconheceu, por intermédio do ministro Luís Adams, o direito dos Advogados Públicos aos honorários. Esse compromisso havia sido até mesmo registrado junto à OAB Federal, em dezembro de 2012, e com representantes de todas as Carreiras da Advocacia-Geral da União, por ocasião do anúncio do aumento salarial. Na ocasião, o ministro também informou que a proposta de instituição dos honorários seguiria para análise do Congresso Nacional, compromisso que não foi cumprido.

Debate

Ainda em setembro, o presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, acompanhou o debate na Comissão Geral para instruir o projeto do Novo CPC. O evento contou com a presença de parlamentares e juristas que discutiram as sugestões ao PL n.º 8.046/2010 (apensado ao PL 6025/05). O presidente aproveitou para conversar com parlamentares acerca do destaque que garantiria o pagamento de honorários aos Advogados Públicos. A expectativa, então, era de que a matéria seria votada em 8 de outubro, o que não aconteceu.

No fim daquele mês, o SINPROFAZ, na pessoa do seu presidente, se reuniria com a Adjunta



O debate na Comissão Geral que instruiu o Novo CPC foi acompanhado pelo SINPROFAZ



PFNs de Pernambuco e demais representantes da Advocacia Pública Federal com o senador Armando Monteiro (PTB-PE)

do Advogado-Geral da União, Rosângela Silveira de Oliveira, para, entre outros assuntos, cobrar o cumprimento do acordo sobre honorários na AGU. Além do Sindicato, estiveram representadas na reunião a UNAFE e a ANAUNI. Na ocasião, os representantes sindicais e associativos demonstraram que o direito aos honorários advocatícios deveria ser garantido não apenas na Lei Orgânica da AGU, mas também em outras normas como o Código de Processo Civil.

Após dois adiamentos, a expectativa era de que o projeto de lei que instituiu o Novo Código de

Processo Civil fosse a votação no dia 9 de outubro. O presidente do SINPROFAZ monitorava todos os passos da negociação em torno da matéria, visando a garantir a inclusão do dispositivo. A apresentação da emenda pelo deputado Efraim Filho (DEM-PB) estava assegurada, mas ainda havia chances de os honorários serem incluídos diretamente no parecer do relator, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), o que acabou não acontecendo.

Apesar de a matéria não ter ido a Plenário, os Procuradores da Fazenda Nacional não se desmobilizaram. Com o trabalho intenso

desenvolvido junto aos parlamentares, as expectativas eram grandes para a nova data estabelecida para votação da matéria, 22 de outubro. O coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública, deputado Fábio Trad (PMDB-MS), entrou em contato com a diretoria do SINPROFAZ para reforçar a importância da mobilização das Carreiras.

E a luta continuava. Nos dias 22 e 23 de outubro, foi intensa a movimentação de Advogados públicos na Câmara dos Deputados visando a pressionar os parlamentares. Havia acordo entre os líderes partidários para votação do relatório do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), acordo que previa a inclusão dos honorários sucumbenciais, conforme está disciplinado no parágrafo 20 do art. 85 do relatório de Teixeira. Contudo, a falta de acordo para votação de outras matérias em sessões anteriores acabou impedindo o plenário de deliberar sobre o Novo CPC. A votação ficou marcada para 29 de outubro.

Depois de novo adiamento, a previsão de votação era para o dia 5 de novembro. Novamente o SINPROFAZ convocou os PFNs, que em momento algum desistiram de lutar, para encher as galerias da Câmara dos Deputados. A resistência de alguns parlamentares tornava difícil um acordo entre as lideranças partidárias.

Na data prevista para a votação, dirigentes do SINPROFAZ e das demais entidades representativas dos Advogados Públicos visitaram parlamentares objetivando angariar o apoio deles à causa. Entre os deputados visitados, Leonardo Picciani (RJ), vice-líder do PMDB na Câmara, foi um dos que se comprometeram a colaborar com as Carreiras na luta pela implementação dos honorários de sucumbência. Os trabalhos na Casa se estenderam madrugada adentro. O texto global foi mantido e aprovado o parágrafo que fixava o pagamento dos honorários

sucumbenciais para os Advogados Públicos. Porém, dois destaques apresentados pelas bancadas do PP e do PMDB pretendiam retirar do texto aprovado o dispositivo referente aos honorários (parágrafo 19 do artigo 85). E nova votação foi marcada.

O trabalho junto aos parlamentares continuava e os apoios iam acontecendo. Os opositores dos honorários falavam em “lacuna jurídica” para justificar sua posição, mas o presidente do SINPROFAZ esclarecia que os Advogados Públicos estavam albergados pelas previsões do Estatuto da OAB.

Momentos decisivos

Nova votação foi marcada no dia 12 de novembro. O Sindicato reiterou aos Procuradores da Fazenda que incrementassem as mobilizações nos Estados junto aos deputados de suas bases. E que os de Brasília engrossassem as fileiras de luta nos corredores do Congresso Nacional. “O momento é decisivo e delicado e a mobilização das Carreiras precisa aumentar ainda mais para evitar o retrocesso na votação, a fim de derrotarmos os dois destaques supressivos do parágrafo 19 do artigo 85”, alertava o Sindicato.

Por sua vez, o presidente do SINPROFAZ fez plantão durante todo o dia na Câmara visitando parlamentares. Ele reuniu-se com o líder da bancada do PT na Câmara, deputado José Guimarães, e pediu uma mudança de posição do governo acerca dos honorários. O deputado comprometeu-se a encaminhar favoravelmente o tema nas negociações dentro do Executivo. Mesmo não tendo ocorrido a votação do Novo CPC, o dia foi muito produtivo. Vários deputados, inclusive líderes partidários, ouviram os argumentos da Carreira sobre a questão dos honorários.

No dia 19 de novembro, o coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública e o relator do Novo CPC,



23 de outubro: PFNs marcam presença mais uma vez na Câmara na luta pelos honorários



Presidente Heráclio Camargo e Rommel Macedo (ANAUNI) com o deputado José Guimarães (PT-CE)



SINPROFAZ e lideranças da APF com o deputado Rubens Bueno (PR), líder do PPS



Presidente do SINPROFAZ nas discussões de bastidores com o relator Paulo Teixeira



Diretoria do Sindicato com o deputado Sívio Costa (PSC-PE)



Diretoria do SINPROFAZ reunida mais uma vez na luta pelos honorários

deputado Paulo Teixeira (PT-SP), conseguiram uma reunião na Liderança do Governo na Câmara, da qual participaram o presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, dirigentes das demais entidades associativas da Advocacia Pública, a vice-ministra da AGU, Rosângela Silveira, os deputados Fábio Trad, Paulo Teixeira, Alex Canziani (PTB-PR) e Miro Teixeira (PDT-RJ), além de um assessor da ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti. Na ocasião, o presidente do SINPROFAZ reafirmou a posição pela derrota em plenário dos destaques supressivos que ameaçavam o parágrafo 19 do artigo 85 do Novo CPC.

O deputado Miro Teixeira foi enfático ao defender que os destaques do PMDB e do PP pela retirada dos honorários do Novo CPC deveriam ser votados segundo o rito tradicional de deliberações no plenário da Câmara. Mas declarou que votaria com a Advocacia Pública para que os honorários sucumbenciais permanecessem no CPC. Os parlamentares presentes aproveitaram a oportunidade para

cobrar uma posição mais clara da Advocacia-Geral da União, visto que o ministro Adams já havia manifestado opiniões em linhas opostas sobre a questão.

Uma semana depois, em que pese o trabalho bem feito junto aos parlamentares e o otimismo dos PFNs acerca da aprovação do seu pleito, o plenário da Câmara dos Deputados concluiu a votação do texto-base do Novo Código de Processo Civil, deixando para apreciar os destaques em data futura. Na oportunidade, os deputados, que já haviam aprovado a Parte Geral (do art. 1.º ao art. 318) no dia 5 de novembro, aprovaram as partes II, III, IV e V (artigos 319 ao 1.057).

Adiamentos sucessivos

Começava a luta a fim de definir uma data para apreciação dos destaques. A primeira previsão era de que a votação aconteceria no dia 3 de dezembro, o que acabou não se concretizando. No dia 4, outro adiamento. A atuação ostensiva da diretoria do Sindicato nos corredores da Câmara prosseguia no trabalho de convencimento dos deputados sobre a legitimidade do pleito da Advocacia Pública. Na ocasião, o presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, presente na Câmara dos Deputados, afirmou: "... essa previsão legal representa uma enorme conquista para os Advogados Públicos brasileiros, e reafirma o compromisso da OAB com a Advocacia Pública, em igual medida com a Advocacia privada".

No dia 10, o Sindicato convocou todos os PFNs para comparecer à votação na Câmara dos Deputados. A expectativa era de que o quórum seria atingido por volta das 12h30. Não foi.

O presidente do SINPROFAZ e outros representantes das Carreiras da Advocacia Pública permaneceram de plantão na Câmara dos Deputados acompanhando as negociações em torno da definição da data de votação dos destaques em plenário.

Esperava-se que a votação ainda ocorresse antes do fim do ano legislativo. No dia 18, mais uma vez a expectativa foi frustrada. O governo federal trabalhava claramente para que a votação não acontecesse. O líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), foi categórico ao confirmar a orientação aos deputados da base para que rejeitassem os honorários. Disse ainda que o Executivo pretendia tratar do assunto num projeto específico, fora do CPC.

Na última semana de atividades legislativas antes do recesso parlamentar, o SINPROFAZ fez mais um esforço concentrado na defesa dos honorários. E logo no início da legislatura de 2014, lá estavam o Sindicato e os Procuradores novamente trabalhando por uma definição da data para a votação do destaque, o que acabou acontecendo no dia 4 de fevereiro.

Depois de uma longa luta, uma grande vitória da Carreira de PFN. ■



PFNs de Minas Gerais com o deputado Gabriel Guimarães (PT-MG)

SINPROFAZ homenageia parlamentares

Não resta dúvida de que a intensa atuação do Sindicato na Câmara dos Deputados em defesa de matérias do interesse da Carreira não teria resultados satisfatórios sem o apoio de diversos parlamentares que se dispuseram a conhecer e a encampar as demandas apresentadas pelo SINPROFAZ. Nada mais justo, portanto, que

registrar publicamente os agradecimentos de todos os Procuradores da Fazenda Nacional a esses parlamentares, especialmente aos deputados Fábio Trad (PMDB-MS), Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), Lelo Coimbra (PMDB-ES), Alessandro Molon (PT-RJ) e Paulo Teixeira (PT-SP). Nesta edição, vamos saber um pouco mais sobre os dois primeiros.

Deputado Fábio Trad

Foto: Ag. Câmara

Advogado de formação e deputado federal de primeiro mandato, Fábio Trad (PMDB-MS) priorizou como parlamentar a luta pelo fortalecimento das instituições republicanas, o empoderamento dos órgãos que exercem Funções Essenciais à Justiça, a legitimação do Estado Democrático de Direito. Além disso, contribuiu para a elaboração do Novo Código de Processo Civil e do substitutivo da nova Lei de Licitações.

“As propostas tiveram como principal eixo o da vigilância do sistema democrático e da luta para que o Estado brasileiro não se desintegrasse diante da avassaladora força do mercado”, afirma o deputado sul-mato-grossense.

Em 2014, o deputado vai deflagrar o processo de revisão conjunta das leis penais e processuais penais e ampliar o espaço político na Câmara para garantir as condições que permitam acelerar a tramitação de matérias importantes para o país.

“Não podemos transformar



o mandato em um período de três anos apenas, a despeito das singularidades de 2014 (Copa do Mundo e eleições), de forma que envidaremos todos os esforços para potencializar a nossa disposição de atuar politicamente em defesa das causas que aperfeiçoem a democracia no país”, pontua.

Sua postura política está dire-

tamente ligada à sua formação acadêmica. Graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1991, Fábio Trad atuou como Advogado e professor universitário da Universidade Dom Bosco, em Campo Grande, MS. Além disso, foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Mato Grosso do Sul (OAB-MS) no biênio 2007-2009.

Deputado Paulo Rubem Santiago

Foto: Ag. Câmara

Deputado federal pelo PDT de Pernambuco, está no terceiro mandato na Câmara Federal. Já foi deputado estadual por Pernambuco e vereador do Recife. Atualmente, é membro atuante de várias Comissões da Câmara dos Deputados, tais como Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Comissão de Seguridade Social e Família, Comissão de Educação e Comissão de Cultura. É o secretário-geral da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção. Apoiou e defendeu a Lei da Ficha Limpa. Foi titular na Comissão Especial do Novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), sendo ainda relator setorial sobre financiamento da educação.

Como professor e defensor histórico do direito à educação pública e de qualidade, Paulo Rubem é autor do projeto de lei, em tramitação na Câmara Federal, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE). Ele levou a Câmara Federal a definir, em junho de 2012, a meta de 10% do PIB em investimentos em educação, ao final de dez anos, pelos três níveis de governo, a partir da aprovação final do projeto de lei para o futuro Plano Nacional de Educação. Paulo Rubem é autor da principal proposta incluída na Lei que destina *royalties* do petróleo para educação e saúde: 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-sal serão destinados para educação e saúde no Brasil.

“Na Câmara dos Deputados, nós contamos com a colaboração de instituições que representam o serviço público federal e que nos



ajudam a enfrentar as grandes batalhas em defesa do desenvolvimento da sociedade brasileira e em defesa de uma política fiscal democrática e justa.

Um parceiro inestimável é o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda. O SINPROFAZ tem uma atuação permanente nas principais matérias relacionadas com as carreiras de Estado, com o serviço público e com a questão fiscal. Tem nos auxiliado com a Campanha pela Justiça Fiscal e com a criação do Sonegômetro, o que faz com que nós tenhamos substância e amparo para fazer o contraponto ao discurso das elites, dos empresários, ao discurso que tenta envolver a sociedade frente à questão tributária de uma forma conservadora.

Por isso, é importante a parceria com o SINPROFAZ. Por isso, nós estamos juntos em defesa da justiça fiscal, da realização da Semana Nacional da Justiça Fiscal,

em defesa da popularização do Sonegômetro. Juntos para que a população brasileira saiba definitivamente que nosso país tem uma política tributária injusta, baseada em impostos regressivos e indiretos. Apenas a elite brasileira é beneficiada pela sonegação, pela facilidade com que sonegam os impostos e as contribuições.

Na hora de destinar de volta à população esses impostos, os governos adotam políticas que privilegiam a dívida pública, o mercado financeiro, os credores, em detrimento do financiamento das políticas sociais, da infraestrutura e do desenvolvimento.

Eu apoio, aplaudo e estou junto com o SINPROFAZ, com todos os seus integrantes, com as Carreiras dos Procuradores da Fazenda, em defesa de uma política tributária democrática, progressiva e da justiça fiscal como princípio das relações da sociedade com o Estado a favor do desenvolvimento.” ■

Pernambuco recebeu o 13.º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional

A grave situação vivida pela Advocacia Pública no Brasil deu o tom das discussões pautadas para o evento, com destaque para a luta pela garantia dos honorários sucumbenciais no texto do novo CPC

Foi realizado em Porto de Galinhas, PE, de 21 a 23 de novembro de 2013, o 13.º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional. Num momento delicado para a Carreira, quando o PLP n.º 205/2012 encontra-se em discussão no Congresso Nacional, “ameaçando perpetuar a privatização das consultorias jurídicas dos ministérios”, segundo ressaltou o presidente do SINPROFAZ em sua fala na abertura do evento, Procuradores de todo o país reuniram-se para discutir a Advocacia de Estado e a viabilização

das políticas públicas no país.

O evento aconteceu pela quarta vez em Pernambuco. Na noite de abertura, a mesa de honra foi composta pelo presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo; pelo secretário de Estado, chefe da Casa Civil do governo de Pernambuco, Tadeu Alencar; pelo deputado federal Paulo Rubem Santiago (PDT-PE); pelo consultor-geral da União, Arnaldo Godoy; pela Procuradora Regional da Fazenda Nacional da 5.ª Região, Raquel Teresa Martins Peruch Borges; além do diretor-tesoureiro da seccional da OAB de Pernambuco,

Bruno de Albuquerque Baptista.

O presidente do SINPROFAZ abriu o Encontro falando aos presentes sobre a grave situação que a Advocacia Pública vive no Brasil. Ele denunciou o não cumprimento de acordo, por parte do governo federal, que culminou no adiamento da votação, no Congresso Nacional, do parágrafo que inclui no texto do Novo Código de Processo Civil a garantia do recebimento de honorários sucumbenciais por parte dos Advogados Públicos, na forma da lei. “Não admitiremos que, 20 anos depois, a Instituição Advocacia-Geral da



Mesa de honra de abertura do 13.º Encontro Nacional: Bruno de Albuquerque Baptista, Arnaldo Godoy, Paulo Rubens Santiago, Heráclio Camargo, Tadeu Alencar e Raquel Teresa Martins



Cerca de 200 Procuradores da Fazenda Nacional abrilhantaram o Encontro com sua presença

União seja tratada como apêndice de interesses transitórios de governos transitórios”, ressaltou.

Heráclio Camargo elencou ainda as prioridades da Advocacia Pública brasileira no atual momento e que significam, em suas palavras, “liberdade para a Advocacia Pública Federal, que são: carreira de apoio, remuneração digna, sistemas informatizados funcionais e confiáveis, preservação da independência técnica, autonomia consignada na PEC 82 para dizer o direito e viabilizar as políticas públicas, prerrogativas inerentes à atuação de todos os Advogados Públicos federais, e os já citados honorários sucumbenciais, que não são verba pública e portanto, não saem do Erário”.

Várias entidades ligadas à Advocacia Pública estiveram representadas na noite de abertura do Encontro Nacional, entre elas a UNAFE, na pessoa de sua presidente, Simone Ambrósio, e a ANAUNI, por intermédio de seu



presidente Rommel Macedo.

O Encontro prosseguiu nos dias seguintes com discussões sobre a conjuntura política, a atuação no Legislativo Federal e as ações judiciais de interesse da categoria. O debate sobre o tema “Justiça Federal – virtualização, interiorização e suas interfaces com a Advocacia

Pública Federal”, mediado pelo presidente Heráclio Camargo, reuniu o desembargador da 5.ª Região, Edilson Pereira Nobre Júnior, o Advogado do SINPROFAZ Hugo Mendes Plutarco e o diretor do DIAP e consultor político do Sindicato, Antônio Augusto de Queiroz (acima).

O desembargador Edilson

Pereira, mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, lamentou o fato de, muitas vezes, a administração pública e seus gestores ignorarem a importância do Advogado Público. “Sem o assessoramento da Advocacia Pública, muitas medidas sequer teriam condições de ser formuladas e implementadas”, afirmou. O desembargador defendeu que, ao menos, parcela dos honorários seja destinada ao Advogado Público. E avançou no assunto opinando que os honorários não são incompatíveis com o regime de subsídio, que é a forma de remuneração dos Procuradores da Fazenda Nacional.

O advogado do SINPROFAZ, Hugo Plutarco, fez um balanço das ações judiciais em curso com objetivo de defender os direitos e as prerrogativas dos Procuradores da Fazenda, além de melhores condições estruturais de trabalho.

Já o consultor político do SINPROFAZ, Antônio Augusto de Queiroz, fez uma avaliação da conjuntura política, com registro do trabalho legislativo do Sindicato e comentários acerca dos principais projetos de interesse dos PFNs em tramitação no Congresso Nacional. Antônio Queiroz orientou o Sindicato e a Carreira a manterem abertos os canais

de diálogo e interlocução com Governo e o Parlamento. “Não existe solução para os problemas coletivos fora da política”, alertou.

Encerrando o debate, Heráclio Camargo externou a preocupação do Sindicato e da Carreira com a virtualização da Justiça Federal e seus impactos no dia a dia dos PFNs. “Estamos aqui para denunciar essa assimetria que escancara ainda mais as deficiências estruturais da PGFN”. Sobre os honorários, o presidente conclamou a Carreira à mobilização em torno do pleito e também a refletir acerca dos passos seguintes, caso o governo insista em barrar o assunto no Novo CPC. “É a Carreira que



Patrocínios e apoios

O SINPROFAZ agradece mais uma vez aos seguintes parceiros:

Patrocínio



Apoio





Os participantes do Encontro acompanharam com atenção todas as exposições

vai definir os rumos do SINPROFAZ e, muito provavelmente, teremos que tomar medidas bastante enérgicas em futuro próximo”.

Encerramento

O tema escolhido para o debate de encerramento do XIII Encontro foi “Prerrogativas e direitos para o pleno exercício da Advocacia de Estado”. Participaram o ex-presidente do SINPROFAZ e Advogado no Estado do Rio de Janeiro Ricardo Lodi, e o professor da UERJ, da FGV e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Gustavo Binenbojm, doutor em Direito Público.

O ex-presidente do Sindicato relembrou a história do SINPROFAZ, quando uma das principais reivindicações do grupo que dirigia a entidade ainda era a retirada dos chamados “alienígenas” dos cargos na estrutura da PGFN. “Hoje vejo que foi uma luta que valeu a pena, porque todos os cargos são de Carreira”, frisou.



Presidente Heráclio Camargo entrega a placa de agradecimento do SINPROFAZ ao professor Gustavo Binenbojm...



... e a Tadeu Alencar, chefe da Casa Civil do Governo de PE

O professor Gustavo Binenbojm, autor do parecer que aponta as inconstitucionalidades do PLP n.º 205/12 (nova Lei Orgânica da AGU), proferiu a última palestra do XIII Encontro dos Procuradores da Fazenda Nacional. Ele reforçou os argumentos apresentados no parecer, que demonstram os graves problemas jurídicos detectados no projeto e que podem representar verdadeiro retrocesso ao Estado Democrático de Direito e agressão à Constituição.

Primeiro, a ruptura da exclusividade exigida pelo artigo 131 da Constituição, admitindo não concursados nos quadros da AGU. Segundo, a reprodução de um sistema de dupla vinculação hierárquica dos Advogados federais, submetendo-os não apenas ao Advogado-Geral da União, como estabelece o artigo 131, parágrafo 1.º, da Constituição, mas também aos ministros de Estado. E, terceiro, a limitação da autonomia

técnica dos Advogados Públicos em relação aos seus superiores, incentivando que o Advogado Público atue contra seu convencimento técnico para não ser punido. A conclusão do professor Binenbojm é a mesma que destacara o palestrante Ricardo Lodi: o risco de o Advogado Público ficar “refém da política”, tornando-se não um advogado de Estado, como quis a Constituição, mas um Advogado de governo.

O presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, concluiu os trabalhos renovando o compromisso do Sindicato em não aceitar dar continuidade em 2014 ao debate do PLP 205/12 nos termos em que a proposição se encontra hoje. “Terá que sair das negociações com a cúpula da AGU uma proposta que contemple a exclusividade. Não nos interessa também jogar os honorários dentro da Lei Orgânica para constituir um fundo da Advocacia Pública em vez de

a verba destinar-se diretamente ao Advogado Público”. E finalizou: “Uma lei orgânica é para gerações e não para um governo transitório”.

Painel ETCO

Também na noite do encerramento do Encontro foi apresentado um painel institucional do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), um dos patrocinadores do evento. A apresentação foi feita pela diretora executiva do ETCO, Heloísa Ribeiro, e pela Advogada do Instituto, Ana Thereza Basílio.

E para fechar com chave de ouro o XIII Encontro, os PFNs assistiram a um show do cantor pernambucano Alceu Valença, que, para surpresa de todos, anunciou sentir-se em casa por ser bacharel em direito e filho de Procurador, acrescentando que só não seguiu a carreira jurídica porque a música falou mais alto em sua vida.



Painel com os professores Gustavo Binenbojm e Ricardo Lodi, com a importante participação do Instituto ETCO, representado pela diretora Heloísa Ribeiro (à dir.) e pela advogada Ana Teresa Basílio (à esq.)

PFNs homenageados

A Diretoria do SINPROFAZ incluiu na programação do 13.º Encontro uma homenagem aos vários Colegas que ingressaram na PGFN nos anos de 1993, 1998 e 2003, ou seja, Procuradores que comemoraram 20, 15 ou 10 anos de trabalho na PGFN em 2013.

O Encontro do SINPROFAZ, além de promover palestras e debates sobre os temas de interesse da Carreira, é também uma oportunidade para troca de experiências e conagração de gerações diversas que atuam na Instituição.

Colegas com mais tempo de Casa, junto com Colegas recém-ingressados, participaram do Encontro com a mesma garra e firmes no propósito de discutir e compartilhar sugestões para o fortalecimento da Advocacia Pública como um todo e da Carreira de PFN em particular. Nas plenárias e nos momentos informais durante o Encontro, as deficiências estruturais da PGFN, o debate sobre autonomia e prerrogativas, além da implementação dos honorários, sempre estiveram em pauta.

Dessa forma, o SINPROFAZ cumpriu o objetivo, com o Encontro, de promover palestras e debates sobre os principais temas de interesse da Carreira, além de proporcionar a oportunidade para a troca de experiências e o conagração de gerações diversas que atuam na Instituição. ■



Diretoria do SINPROFAZ



Turma de Procuradores de 2003



Colegas que ingressaram na PGFN em 1993



Turma de Procuradores de 1998

Outros momentos do 13.º Encontro



Primeira corrida de praia dos PFNs: muita energia, disposição e alto astral fizeram da iniciativa um sucesso



Em terras pernambucanas, nada mais apropriado que convidar o cantor Alceu Valença para animar um dos momentos de confraternização do Encontro

Impressões



“É muito importante a atuação de todos os Procuradores junto aos senadores e deputados, em suas bases, para fortalecer ainda mais a luta pela implementação imediata dos honorários para os Procuradores da Fazenda.

Não é só questão de justiça. É também importante para a União.”

Hugo Plutarco, Advogado do SINPROFAZ



“Os honorários de sucumbência são a bola da vez da PGFN e da AGU como um todo. Os Procuradores estão todos engajados no trabalho para convencer os parlamentares a reconhecerem um direito que é dos Advogados, públicos

ou privados, reconhecido tanto pelo estatuto da OAB quanto pela Constituição Federal. O Advogado Público, quando atua em juízo, atua como Advogado. O Estatuto da OAB não distingue o Advogado Público do Advogado privado. Portanto, os parlamentares precisam reconhecer os honorários de sucumbência como um direito dos Advogados Públicos.”

PFN José Ernane,

Diretor Secretário do SINPROFAZ



“Estamos muito felizes com tudo o que aconteceu aqui. O Encontro foi um sucesso. O conagraçamento entre os colegas, enfim, tudo saiu como a gente queria. Ficamos muito felizes e satisfeitos com o resultado geral do Encontro.

Aproveito para convidar os demais colegas para participarem do próximo Encontro, que será no Costão do Santinho, SC. Será uma oportunidade para rever amigos, dar rosto àquelas pessoas que a gente só conhece de nome, fortalecer os pilares, trocar ideias.”

Liciane Tenório,

Vice-presidente do SINPROFAZ



“Esta é a primeira vez que participo do Encontro dos PFNs e estou gostando muito. Espero que seja o primeiro de muitos. Quanto aos honorários de sucumbência, temos que debater, mostrar aos parlamentares as vantagens que o

reconhecimento desse direito traz para o país, não só para os Procuradores.”

PFN Vinícius Nardon

Na última noite do 13.º Encontro, foi anunciada a sede da próxima edição do evento. O local escolhido foi o Resort Costão do Santinho Resorte e Spa, em Florianópolis, SC



SINPROFAZ continua mobilizado pela votação da PEC n.º 82/07, adiada para este ano

Em razão do pedido de vista apresentado pelo deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) em 17 de dezembro último, a discussão e a votação da proposta na Comissão Especial acabaram sendo adiadas para o início de 2014

Contrariando as expectativas do Movimento Nacional pela Advocacia Pública, o ano de 2013 terminou sem que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 82/07 tivesse sua tramitação concluída na Comissão Especial encarregada de analisar o mérito da matéria. Trata-se de uma das mais importantes demandas da Advocacia Pública no momento, uma vez que a PEC confere autonomia administrativa, orçamentária e técnica à Advocacia Pública nas três esferas – federal, estadual e municipal.

A instalação da Comissão Especial ocorreu em 30 de outubro último e, a partir daí, as ações e discussões se intensificaram, assim como a atuação do SINPROFAZ e do Movimento Nacional pela Advocacia Pública (MNAP) visando a conferir agilidade ao processo. Porém, alegando que o governo deseja discutir melhor o parecer com o relator, deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), o deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) recorreu à prerrogativa de pedir vista da proposta.

O parecer favorável do deputado Lelo Coimbra à PEC 82/07, em forma de substitutivo, foi apresentado em 10 de dezembro último. De acordo com o texto, que mantém a essência da proposta original, a Advocacia-Geral da União – Pro-



O SINPROFAZ participou da primeira audiência pública convocada pela Comissão Especial para debater sobre a matéria

curadoria da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral da União e Advocacia da União – e as procuradorias dos entes federados passam a ter assegurada a autonomia no exercício da atribuição de defender e fazer a orientação jurídica, em todos os graus, dos entes públicos. Os referidos órgãos poderão propor suas políticas remuneratórias e encaminhar as próprias peças orçamentárias, desde que dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Em declaração à Agência Câmara, o deputado Lelo Coimbra afirmou: “A Advocacia corre o risco de ser apoderada por interesses menores. Daí por que se faz necessário que o ramo público da Advocacia tenha assegurada

a autonomia para o desempenho de suas funções, sem riscos de cooptações, de ingerências ou de tentativas de utilizá-la a serviço de estruturas partidárias, que não se confundem com os interesses defendidos pelo Estado.”, sustentou Coimbra ao defender a essência da PEC principal e da apensada (PEC 452/09), do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), e ao descartar outras partes, como a que cria novas atribuições para esses órgãos.

O novo texto determina que os membros da Advocacia Pública são invioláveis no exercício das suas funções e atuam com independência, observados os limites estabelecidos na Constituição e em leis pertinentes.

Primeira audiência pública

Como parte do roteiro de trabalho da Comissão Especial, proposto pelo relator da PEC n.º 82/07, deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES), com a contribuição de presidentes das entidades que compõem o Movimento Nacional pela Advocacia Pública, foi realizada no dia 19 de novembro de 2013 a primeira audiência pública para debater sobre a matéria. O esclarecimento de que a autonomia pleiteada pela Advocacia Pública não se trata de uma causa corporativa, mas sim do fortalecimento da Instituição, que necessita de independência técnica, foi destacado pelos parlamentares e representantes das entidades que compõem o MNAP.

Conduziram os trabalhos o presidente da Comissão Especial que analisa a PEC, o deputado Alessandro Molon (PT/RJ); o relator, deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES); e o deputado Vieira da Cunha (PDT-RS). Compuseram a mesa a Procuradora-Geral do Distrito Federal, Paola Aires; a vice-presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública da OAB, Fabiana da Cunha Barth, e os dirigentes que integram o Movimento Nacional pela Advocacia Pública.

Durante seu pronunciamento, o presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, reiterou: “o que queremos já está na Constituição que completou 25 anos de existência, numa leitura generosa e republicana. Com a PEC 82, nós buscamos nossa autonomia. Autonomia financeira para elaborar proposta orçamentária, autonomia administrativa para prover os cargos e estruturar a carreira de apoio, por exemplo, e, acima de tudo, autonomia funcional que é inerente à atividade

da Advocacia Pública”. Segue, na íntegra, o pronunciamento do dirigente do SINPROFAZ.

O Estado de Direito consagrado na Constituição Federal, que comemora 25 anos, prevê quatro Funções Essenciais à Justiça, apartadas dos três Poderes: a Advocacia Pública, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia.

A Advocacia Pública tem o múnus constitucional de garantir a juridicidade das legítimas escolhas políticas dos Entes públicos.

Nessa relação com o gestor público, a Advocacia Pública submete-se aos limites da Constituição e das Leis e viabiliza a implementação tempestiva e eficiente das políticas públicas.

O que buscamos no Congresso Nacional já exsurge da Constituição Federal, desde 1988:

Autonomia financeira para elaborar proposta orçamentária.

Autonomia administrativa para prover os cargos vagos e estruturar a Advocacia-Geral da União.

Autonomia funcional diz com a independência técnica e é inerente à atuação do Advogado Público.

Autonomia para neutralizar o assédio moral institucionalizado que sofre a Advocacia Pública no Brasil, com a sonegação de meios e a exigência de resultados sem a contrapartida mínima em condições de trabalho.

Sem remuneração condizente com as demais Funções Essenciais à Justiça; sem honorários sucumbenciais, direito inerente à nossa condição de Advogados.

Sem poder confiar na palavra de um governo que já fez dois acordos com a Advocacia Pública Federal para a percepção de honorários sucumbenciais.

Autonomia significa a preservação para as gerações futuras de importantes instituições do nosso Estado Democrático de Direito.

Significa a Advocacia Pública a possibilidade de estar estruturada para trabalhar de forma coordenada e eficiente com os governos que se alternam no Poder.

Parlamentares desta Insigne Casa Legislativa, a nossa Câmara dos Deputados é instada a decidir se as próximas gerações terão instituições da Advocacia Pública



consolidadas ou se, por exemplo, aguardaremos a licença do Ministério do Planejamento para o provimento de 300 cargos de Procurador da Fazenda Nacional vagos há mais de cinco anos. Para regozijo dos corruptos e sonegadores.

Se continuarmos sem carreira de apoio, tendo que contar com menos de um servidor administrativo por Advogado Público Federal, enquanto os juízes federais possuem de 15 a 20 assessores, em média.

Aos 20 anos da AGU, ainda temos que lutar para que a Nova Lei Orgânica não contemple a inconstitucional privatização das consultorias jurídicas.

Em 2013, inacreditavelmente, ainda temos que lutar e perder tempo para garantir que os Advogados do Estado brasileiro sejam escolhidos mediante concurso público.

Ou, quem sabe, devemos começar a vislumbrar a hipótese de

um Procurador da República privado ou um juiz federal escolhido num leilão de privatização, com direito a martelinho do BNDES?

O pagamento de juros e amortizações, em 2014, ultrapassará a cifra astronômica de 1 trilhão de reais.

O equivalente a vinte e cinco dias do pagamento de juros e amortizações em 2014 será gasto com os falaciosamente insuportáveis 70 bilhões anuais suficientes para a valorização e consolidação das Carreiras de Estado.

Por isso tudo, pugnamos pela aprovação da natural, civilizada, constitucional, moderna, eficaz e financeiramente viável PEC 82, para ajudarmos a cuidar do que é do Povo brasileiro!

Seminários estaduais

Logo depois da audiência pública em 19 de novembro, tiveram início os seminários programados pela Comissão Especial com o objetivo de debater com especialistas

e interessados no tema, a fim de colher subsídios para o aprimoramento do texto em tramitação na Câmara dos Deputados.

O primeiro debate foi realizado em Porto Alegre, RS, no dia 21 de novembro. No dia 25, foi a vez de Campo Grande, MS, sediar o debate. O seminário regional de Vitória, ES, aconteceu no dia 28 de novembro.

No mês de dezembro, os seminários ocorreram no Rio de Janeiro, RJ, e em Macapá, AP (dia 2); João Pessoa, PB (dia 5); Belo Horizonte, MG (dia 6); e Porto Velho, RO (dia 9).

Os debates foram coordenados por membros da Comissão Especial: deputados Alessandro Molon (presidente), Lelo Coimbra (relator da matéria), Efraim Filho (1.º vice-presidente) e Diego Andrade (PSD-MG).

Representantes das entidades que integram o Movimento Nacional pela Advocacia Pública acompanharam todas as discussões. ■

Movimento Nacional pela Advocacia Pública:

Criado em 31 de julho de 2013, o Movimento Nacional pela Advocacia Pública é projeto comum e consensual de fortalecimento da autonomia institucional da Advocacia Pública. O que motivou a criação do Movimento foi a conquista da autonomia que assegure as prerrogativas para fortalecer a prevenção da corrupção e a defesa jurídica das políticas públicas em juízo ou fora dele. A falta de autonomia gera estrutura deficitária, com poucos

profissionais de apoio e condições precárias de trabalho. Os advogados públicos defendem o Estado brasileiro ao orientar juridicamente as aplicações da verba pública.

Nove entidades compõem o Movimento. São elas: Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União (ANAJUR), Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (ANAPE), Associação Nacional dos Advogados da

União (ANAUNI), Associação Nacional dos Procuradores Federais (ANPAF), Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM), Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social (ANPPREV), Associação Nacional dos Procuradores do Banco Central do Brasil (APBC), Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ) e União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (UNAFE).

Sonegômetro volta a alertar para a relação entre sonegação, corrupção e sucateamento da PGFN

Para marcar a exorbitante cifra de R\$ 400 bilhões sonegados até o dia 18 de dezembro último, o Sindicato promoveu mais uma ação pública no centro da Capital, novamente com grande repercussão na imprensa

O dia 11 de dezembro último foi escolhido pelo SINPROFAZ para expor os recentes números da sonegação no Brasil. O caminhão do Sonegômetro ficou estacionado em frente ao Congresso Nacional e conseguiu chamar mais uma vez a atenção da população e dos diversos meios de comunicação para o descaso do governo no combate à sonegação fiscal, enquanto a

maioria dos cidadãos suporta uma das maiores cargas tributárias do mundo.

A ação faz parte da Campanha Nacional da Justiça Fiscal. O placar Sonegômetro foi criado em julho de 2013 e, no dia 31 de dezembro, bateu a marca dos R\$ 415 bilhões. Esse valor representa 10% de toda a riqueza gerada pelo Brasil. Os números foram obtidos após estudo realizado pelo

Sindicato, indicando que a carga tributária poderia ser reduzida em 30%, mantendo o mesmo valor da arrecadação atual, caso não houvesse sonegação.

Desde o início da campanha, o SINPROFAZ tem alertado para a relação direta entre sonegação e corrupção, exigindo do governo respostas efetivas para duas questões inadiáveis: reforma tributária baseada no princípio da capaci-



dade contributiva e reestruturação da AGU e PGFN, órgãos de Estado que têm a legitimidade constitucional para combater a corrupção e a sonegação, mas que se encontram desestruturados e defasados de pessoal.

Enquanto os Procuradores da Fazenda, que são Advogados Públicos concursados, atuam em condições de total precariedade tecnológica e sem carreira de apoio, pessoas e instituições poderosas sentem-se seguras da impunidade, fazendo da sonegação sua principal fonte de lucro. Com essa fortuna, financiam caixas dois de campanha, propinodutos e mensalões. O governo mantém-se indiferente a essa realidade, preferindo o caminho mais fácil, que é aumentar a tributação sobre os cidadãos mais pobres.

O presidente do SINPROFAZ concedeu novamente entrevistas a diversos veículos de comunicação, como a *Globonews*, *Portal R7* e *Portal G1*. A Agência Brasil deu destaque ao assunto com a matéria "Sonegação no Brasil é 20 vezes maior que gasto com Bolsa Família, diz SINPROFAZ", reproduzida em portais de vários estados e que pode ser lida, na íntegra, na próxima página. Confira também a matéria publicada no site *Congresso em Foco*.



Heráclio Camargo e o presidente do SINPROFAZ na gestão anterior, Allan Titonelli, participaram juntos da ação em Brasília



Sonegação no Brasil é 20 vezes maior que gasto com Bolsa Família, diz SINPROFAZ

A sonegação no Brasil é 20 vezes maior do que o valor gasto com o Programa Bolsa Família. O cálculo é do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ), que volta a exibir hoje, em Brasília, o Sonegômetro, para mostrar os prejuízos que o país tem com a sonegação.

O placar, *on-line*, indica que a sonegação fiscal no Brasil está prestes a ultrapassar a casa dos R\$ 400 bilhões. Desenvolvido pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ), o Sonegômetro apresenta, em tempo real, o quanto o país deixa de arrecadar todos os dias.

Para o presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, a sonegação caminha em conjunto com a corrupção. “A sonegação e a corrupção caminham juntas porque a corrupção precisa do dinheiro da sonegação para financiar as campanhas de políticos inescrupulosos e fomentar o círculo vicioso da lavagem de dinheiro”, disse ele.

“Infelizmente, o Brasil é leniente”, ressaltou Camargo, porque permite a inscrição, com o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), de empresas localizadas em paraísos fiscais. Segundo o presidente do SINPROFAZ, basta procurar em todos os jornais, em notícias recentes e em todas as operações da Polícia Federal.

“É só observar que, em todos os mensalões de todos os partidos, usam-se mecanismos sofisticados de lavagem de dinheiro, e o governo federal não muda essa sistemática de permitir que empresas instaladas em paraísos



fiscais sejam donas de hotéis, de restaurantes. São negócios que têm uma fachada lícita, mas muitos deles servem para lavar dinheiro”, reclamou.

Nos cálculos feitos por Camargo, R\$ 400 bilhões representam aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas produzidas no país), 25% do que é arrecadado. É 20 vezes mais do que se gasta com o Bolsa Família. De acordo com Camargo, mesmo com os questionamentos sobre esse programa, ele é benéfico para a economia, pois os recursos dele criam um círculo “virtuoso” da economia local. “Imagine se pegássemos 20 vezes esse valor e investíssemos em saneamento básico, na melhoria dos salários dos professores e na estruturação das carreiras de Estado. Seria um outro país, com R\$ 400 bilhões a mais do que temos agora.”

Isso sem contar os valores da dívida ativa, que está em R\$ 1,4 trilhão, acrescentou Heráclio. Ele destacou que os Procuradores sequer têm um servidor de apoio por Procurador, enquanto os juízes têm de 15 a 20 servidores. “Os culpados pelo sucateamento da Procuradoria da Fazenda Nacional são o Ministério da Fazenda e a Advocacia-Geral da União.” Para ele, é importante que a sociedade cobre, pois existem 300 vagas em aberto para a Carreira de Procurador e não há, também, carreira de apoio para combater o que ele considera “sonegação brutal” [R\$ 400 bilhões] e tentar arrecadar melhor essa dívida de R\$ 1,4 trilhão.

“São quase R\$ 2 trilhões que estão aí para ser cobrados, e o governo pune os mais pobres e a classe média com uma tributação indireta alta e, notadamente, com a contrapartida baixa que é dada pelo Estado brasileiro”, afirmou.

Sonegação comeu 1/4 do imposto pago por brasileiro

A sonegação de impostos rouba um quarto de tudo aquilo que o brasileiro paga todos os anos para os governos. Essa é a conclusão do cruzamento do Congresso em Foco sobre os dados divulgado pelo “Sonegômetro” e pelo “Impostômetro”, ferramentas virtuais mantidas pelo Sindicato dos Procuradores da Fazenda (SINPROFAZ), pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) e pelas associações comerciais de São Paulo.

Até as 8h desta sexta-feira (27), o Sonegômetro mostrava a estimativa de R\$ 409 bilhões desviados em tributos. Ao mesmo tempo, os brasileiros já haviam contribuído, até a mesma data, com R\$ 1,6 trilhão em impostos, contribuições e taxas, de acordo com o Impostômetro. Segundo estudo do SINPROFAZ, a sonegação atrapalha a redução de impostos. Caso ela não existisse, seria possível reduzir em até 28,4% dos os impostos pagos pelos brasileiros. A sonegação dos principais tributos “come” 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Para se ter uma ideia, caso não fossem sonegados, os mais de R\$ 400 bilhões desviados poderiam ser usados para triplicar o atual número de servidores públicos federais. O valor extra poderia ser direcionado, por hipótese, para bancar mais médicos, professores da rede pública e policiais.

“Governo manso”

Até o final do ano, o Sonegômetro deve alcançar a cifra de R\$ 415 bilhões. Para o presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo,

a mordida de 25% daquilo que os brasileiros já pagam em impostos é “absurda”. Ele destaca que, além da sonegação bilionária todos os anos, existe um estoque de R\$ 1,4 trilhão em débitos não pagos e cobrados na Justiça. Heráclio acusa o governo federal de ser omissivo com a sonegação, mas voraz em cobrar tributos de pessoas pobres e de classe média.

“Quem não consegue fugir desse imposto alto são os mais pobres e a classe média, que pagam alta tributação no consumo, nos serviços e nos produtos, no supermercado, na papelaria”, disse o procurador ao Congresso em Foco. “A sonegação vem das grandes pessoas jurídicas e das pessoas muito ricas, que têm mecanismos sofisticados para lavar dinheiro – offshore em paraísos fiscais. Isso tudo sob a vista pacífica e quase mansa do governo federal”, dispara.

Segundo Heráclio, a alta sonegação de impostos é de “responsabilidade direta” do Ministério da Fazenda e da Advocacia-Geral da União (AGU), à qual são vinculados os procuradores da Fazenda, os responsáveis por cobrar tributos. O sindicalista disse que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem conhecimento da falta de 300 profissionais, da falta de sistema de informática e da carência de pessoal de apoio para que a cobrança de impostos seja efetiva. “São R\$ 1,4 trilhão em dívida

ativa, mas hoje, temos que escolher os devedores”, reclama o presidente do SINPROFAZ.

Questionada pela reportagem a respeito das declarações do procurador, a assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda informou que não comentaria o assunto.

Atualização dos dados

O placar eletrônico que aferir quanto é sonegado no Brasil fechou o ano de 2013 com o impressionante valor de R\$ 415 bilhões e já registrava, no fim da primeira quinzena de fevereiro, a marca de R\$ 46 bilhões de reais desperdiçados com a prática da sonegação.

Em 2014, o estudo do SINPROFAZ será atualizado, especialmente para aferição de dados regionais, para atender às demandas por informações da imprensa e da sociedade. Desde o lançamento da ferramenta em maio de 2013, foram muitos os pedidos para que o Sindicato revelasse os números da sonegação por estado ou município. ■



A República da impunidade tributária



Heráclio Camargo*

O sucateamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) cometido pelo governo de plantão é claramente consonante com a inacreditável provisão como perdas da Dívida Ativa da União (DAU) do montante astronômico de R\$ 966.413.275.095,20 lançado no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e denunciado no artigo do editor do *Le Monde Diplomatique*, Silvio Caccia Bava, intitulado "Sigilo Fiscal?", na edição de outubro de 2013.

A dívida ativa da União está concentrada nas dívidas das grandes empresas e já soma R\$1,4 trilhão.

Pior: a provisão como perda de quase um trilhão de reais é capitaneada por um servidor estranho aos quadros da PGFN, que normaliza a DAU, ou seja, diz o Direito sobre a DAU sem sequer ser Advogado, muito menos Procurador da Fazenda Nacional.

Enquanto os contribuintes pagam uma carga tributária elevada, notadamente em face da frágil contrapartida em serviços públicos, o governo sucateia de forma sistemática e disciplinada a PGFN e submete os Procuradores da Fazenda Nacional a condições de trabalho deploráveis, sem carreira de apoio, sem sistemas informatizados integrados, mas com

excesso de processos judiciais.

Há cerca de 300 cargos vagos de Procurador da Fazenda Nacional sem preenchimento há cinco anos. Os sonegadores agradecem toda essa falta de estrutura na PGFN.

A sonegação de tributos atingiu os 415 bilhões e 100 milhões de reais em 2013, segundo estudo do SINPROFAZ acessível no site sonegometro.com.



São os Procuradores da Fazenda Nacional que têm a incumbência legal de cobrar a dívida ativa da União.

A quem interessa isso?

A sociedade brasileira precisa tomar conhecimento dessa situação e exigir investimentos em recursos humanos e estruturantes para a PGFN.

O silêncio eloquente do Ministério da Fazenda e da Advocacia-Geral da União consigna o tom do descaso do governo com os dinheiros públicos sonegados, que devem ser cobrados eficazmente dos grandes devedores, a fim de diminuir a tributação indireta sobre os mais pobres e a classe média.

Há mais de década, os últimos governos sonegam os meios aos Procuradores da Fazenda Nacional e agora provisionam como perda um valor quase trilionário, dispendo de forma temerária sobre direito indisponível, crédito tributário com presunção de liquidez e certeza.

Os grandes devedores e sonegadores agradecem embevecidos, enquanto a classe média e os mais pobres continuam pagando a pesada conta da República da impunidade tributária, que onera pesadamente a renda e o consumo dos segmentos menos privilegiados, notadamente por meio dos tributos indiretos embutidos em produtos e serviços, mas patrocina a sonegação dos mais ricos, especialmente quando mantém a Carreira de Procurador da Fazenda Nacional sem a mínima estrutura para trabalhar e cobrar os tributos sonegados. ■

*Presidente do SINPROFAZ



Sonegômetro: Métricas para a cidadania

Hugo Cesar Hoeschl *

Na era da “Big Data”¹ e dos “cientistas de análise de dados”², e considerando que 90% dos dados do mundo foram criados nos dois últimos anos, surge a inevitável indagação: Podem ser desenvolvidas métricas para aferir e incrementar a cidadania?

Cenário inicial

O cientista de análise de dados é aquele profissional cuja competência é criar pontes entre T.I., dados, análises e a tomada de decisão, como afirmou Dominic Barton. São os membros de uma classe nascente de “tradutores” de dados e informações. E existem alguns expoentes dessa nova geração de pensadores que afirmam que a resposta para essa pergunta inicial é “sim”.

Bases de dados, buscas e redes sociais são importantes fontes de informações. Essa importância é crescente. A sociedade, em suas relações cruas, utiliza esse conjunto de mídias, anarquicamente, como fator de decisão, conforme descrito em literaturas como “O Poder das Redes Sociais” (Hunt), o “Efeito Facebook” (Kirkpatrick), “Viral Loop” (Penenberg), “Click”



(Tancer), “The Search” (Battelle) e “The Signal and the Noise” (Silver).

Em especial Bill Tancer e Nate Silver são cientistas de análise de dados com denso reconhecimento, e recentemente espantaram o mundo com suas capacidades preditivas. O primeiro é aquele que acerta os resultados dos *reality shows* nos EUA. O segundo é aquele que fazia previsões para jogos de beisebol, por hobby, e acabou acertando o resultado das eleições americanas, em todos os estados, inclusive quanto aos números de todos os delegados. Fazem isso com base em métodos organizados. Ambos afirmam que esses métodos de avaliação podem ser utilizados em ambientes variáveis, como

mercado financeiro, aquecimento global, questões militares e políticas, furacões ou terremotos, e várias outras aplicações. Surge uma nova pergunta: Isso pode ser utilizado no cenário da administração tributária?

Bill Tancer³ começou a perceber que as buscas realizadas na internet dizem muito sobre os acontecimentos da sociedade, e muitas vezes isso pode ter mais relevância e precisão do que as tradicionais pesquisas de opinião. Afirma que “o comportamento na internet pode revelar o motivo por que fazemos as coisas que fazemos” e autodenomina a sua atividade de “inteligência competitiva on-line”. Sustenta que “as perguntas que fazemos aos mecanismos de bus-

¹Big data is the term for a collection of data sets so large and complex that it becomes difficult to process using on-hand database management tools or traditional data processing applications”. http://en.wikipedia.org/wiki/Big_data

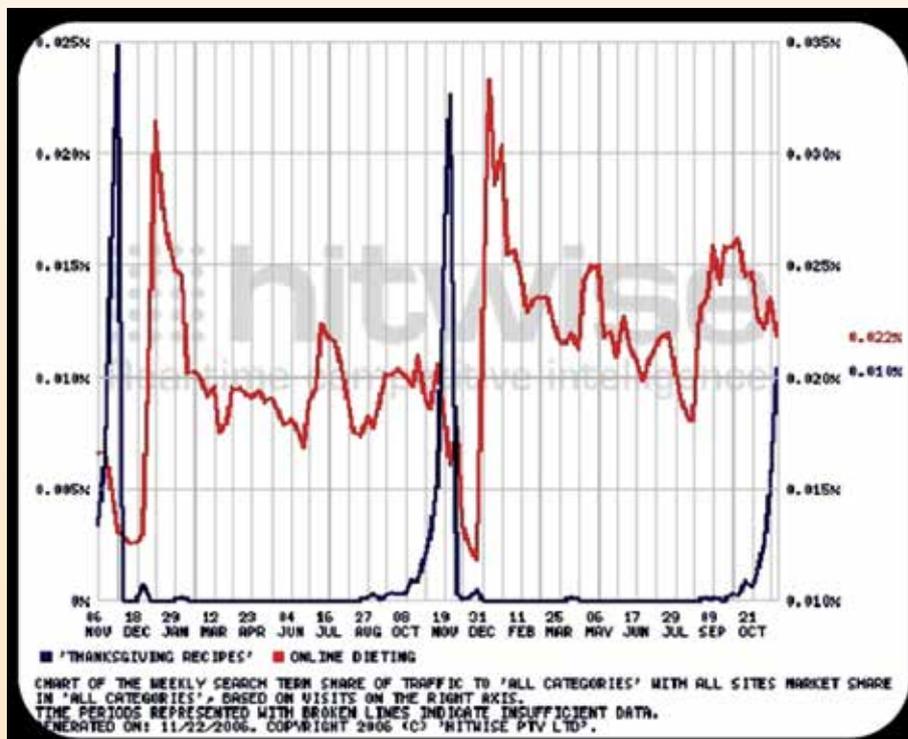
² Barton, Dominic. “Uma era de transformação”, Estado de São Paulo, 09/01/2014 <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,uma-era-de--transformacao--,1116468,0.htm>

³ Tancer, Bill. Click: “O que milhões de pessoas estão fazendo on-line e por que isso é importante”.

cas e o que elas nos dizem sobre nós” podem indicar dados muito relevantes, e que é alto o “potencial desses dados para prever tendências e até mesmo antecipar acontecimentos”. Por meio desse gráfico, mostrou que a influência direta da frequência de buscas na internet por “receitas de peru recheado” – linha azul - atinge o pico no dia de Ação de Graças (“Thanksgiving”, maior feriado americano, em novembro), sendo que as buscas por “regimes para perder peso” – linha vermelha – têm um crescimento acentuado no dia seguinte.

Nate Silver, por sua vez, afirma que seu livro⁴ trata de “informação, tecnologia e progresso científico” e “sobre coisas que nos tornam mais inteligentes do que qualquer computador”, e diz que “o início da revolução da tecnologia da informação não ocorreu com a invenção do microchip; ocorreu, sim, com a invenção do tipo móvel para impressão”. Com isso, o mago das previsões metodológicas deixa claro, já no início da sua obra, que a organização do conhecimento é a etapa mais importante no processo preditivo.

Também esclarece que a prática preditiva é mais comum em nossas vidas do que imaginamos: “A previsão é indispensável às nossas vidas. Cada vez que escolhemos uma rota para o trabalho, que decidimos se vamos sair de novo com aquela pessoa que conhecemos ou que reservamos dinheiro para épocas de vacas magras, estamos fazendo uma previsão sobre o futuro e sobre como nos-



sos planos afetarão as chances de um resultado favorável”. Para isso, sua abordagem preferida é a bayesiana, na qual “os resultados dependem em larga medida de um julgamento inicial de quem faz a previsão, seja ele baseado em hipóteses já cientificamente comprovadas ou puro *feeling*”.⁵

O Sonegômetro

O Sonegômetro é uma eficiente ferramenta de previsão de cenários, voltada para a estimativa de valores que poderiam estar dentro do orçamento público, mas não estão, por diversas causas. Sua metodologia está baseada no cruzamento entre os dados derivados de análises de séries históricas sobre o comportamento da arre-

cação federal, do estoque de dívida, o crescimento populacional e o desempenho da atividade econômica. Não é, portanto, uma mera adição de valores. Considerando esses aspectos, um algoritmo⁶ computacional atualiza os valores e os apresenta em uma interface web.

Existem muitas questões sobre o Sonegômetro, que podem ser abordadas em estudos e análises. A questão estritamente jurídica, por exemplo, sobre seus impactos. As questões econômicas e questões administrativas. O presente trabalho não pretende abordar essas leituras, e foca na questão metodológica e tecnológica, deixando aberto a caminho para outros tipos de análises.

⁴ Silver, Nate. “O sinal e o ruído: por que tantas previsões falham e outras não”.

⁵ “Polindo a bola de cristal”, Luciano Sobral, <http://www.amalgama.blog.br/06/2013/o-sinal-e-o-ruído-nate-silver/>

⁶ “Um algoritmo nada mais é do que uma receita que mostra passo a passo os procedimentos necessários para a resolução de uma tarefa”. <http://www.tecmundo.com.br/programacao/2082-o-que-e-algoritmo-.htm>

“Um algoritmo é uma sequência finita de instruções bem definidas e não ambíguas, cada uma das quais pode ser executada mecanicamente num período de tempo finito e com uma quantidade de esforço finita”. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Algoritmo>

Nessa perspectiva, iniciamos apresentando ao lado a ferramenta.

O Sonegômetro está disponível no endereço www.sonegometro.com.

O Sonegômetro na internet

Iniciando as análises técnicas, surge a primeira informação: o Sonegômetro já tem um pagerank com índice "4".

Web Page URL: <http://www.sonegometro.com>
The Page Rank:  4/10

Qual a relevância dessa informação? O pagerank⁷ é um algoritmo usado pelo Google para ranquear websites em seus resultados de busca. Então isso significa que o Sonegômetro, apesar de jovem e de ter sido colocado no ar recentemente (5/6/2013), já atingiu rapidamente essa pontuação, que tende a subir. Essa nota tem uma importância em termos de visibilidade na internet, pois ela determina a inclusão de um resultado em buscas. Para que se tenha uma referência, o site oficial



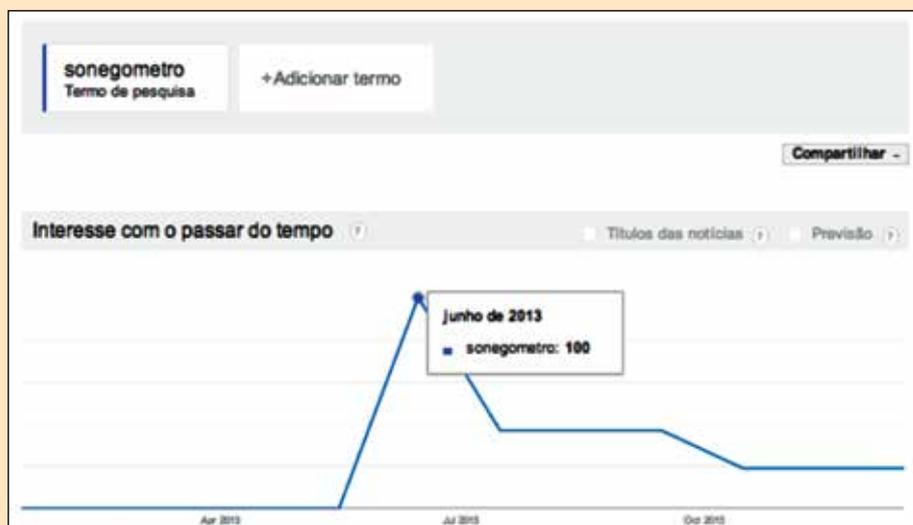
da CBF possui nota "6", sendo que existe há muitos anos e concentra, neste momento, todas as atenções para a realização da Copa do Mundo no Brasil. Esse resultado do Sonegômetro, portanto, é bastante expressivo.

Em termos de buscas na internet, existem ferramentas de aferição de interesse, baseadas na procura de determinados termos, em especial dentro do Google, que indicam a dimensão e expressão de um tema no âmbito das buscas realizadas. O fato de

o Sonegômetro já estar aparecendo nesses levantamentos tem um significado expressivo. A análise da linha de buscas pelo termo indica que seu pico foi logo após o seu lançamento, com um novo pico no mês de outubro. Vamos acompanhar a sua evolução ao longo do ano de 2014, avaliando as oscilações da curva em relação aos fatos a ele associados.

Para que se tenha um critério de análise comparativa, veja-se, por exemplo, que a comparação do nível de interesse em relação ao próprio domínio do SINPROFAZ (linha vermelha - gráfico na página seguinte) revela que o Sonegômetro (linha azul - gráfica ao lado) desperta interesses que transcendem a linearidade tradicional, mostrando que o maior pico entre ambos os termos denotou um interesse de quase "4X1" com foco no Sonegômetro, o que provavelmente indica que o tema está transcendendo os ambientes tradicionais e indo se instalar no rol de assuntos de interesse do grande público, um ótimo sinal de relevância.

Os resultados de buscas realizadas acabam traduzindo algo similar, se analisadas duas situa-



⁷ "PageRank is an algorithm used by Google Search to rank websites in their search engine results". <http://en.wikipedia.org/wiki/PageRank>

ções. A primeira delas está focada nas próprias buscas pelo termo "Sonegômetro", nas quais o site oficial aparece em primeiro lugar, seguido de notícias e da timeline no Facebook. Isso significa que o objeto está corretamente associado ao seu termo representativo.

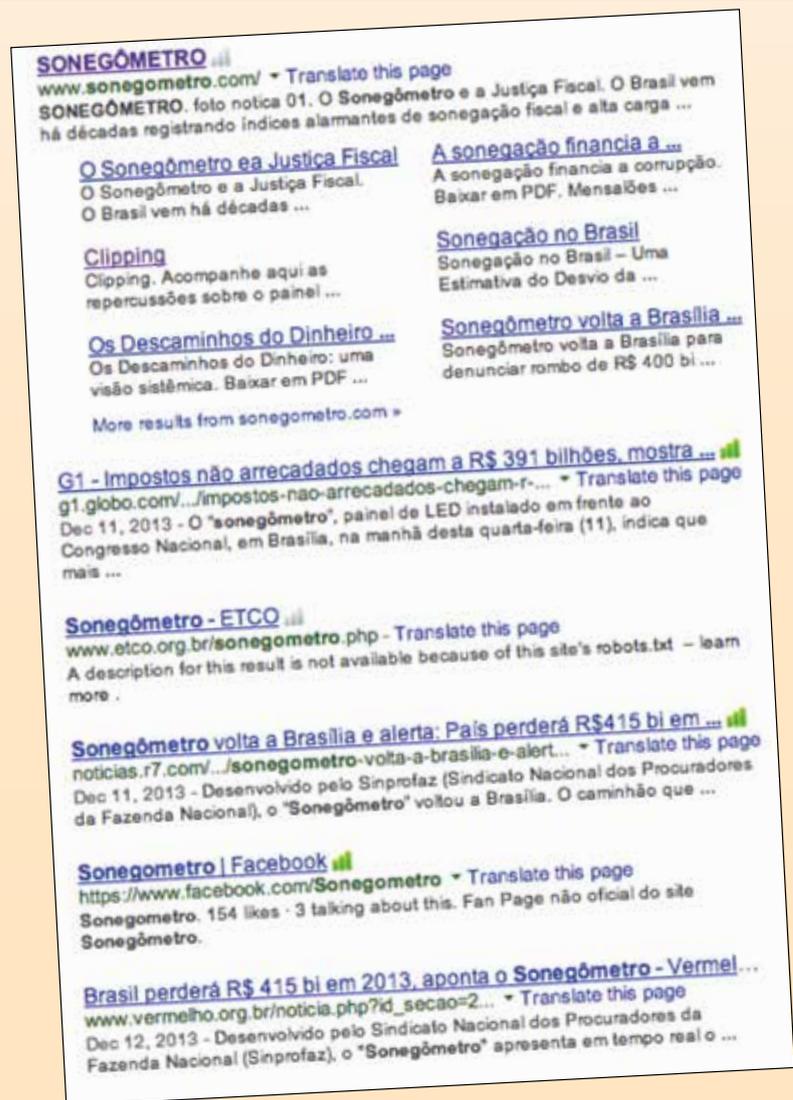
A segunda diz respeito ao termo "sonegação", cujo resultado de buscas já apresenta o Sonegômetro em um surpreendente 10.o lugar, fato que denota um significado associativo relevante, conforme a imagem que segue.

Outro aspecto significativo está sediado no clipping, disponível no endereço oficial da ferramenta, o qual registra uma reverberação em veículos de mídia de massa classificáveis como "classe A", e denota um interesse vegetativo pelo tema, que se transforma em veiculação natural, sem induções.

Para concluir o foco em análise informacional, importante ainda frisar que ferramentas de análise de postagens sobre o termo "Sonegômetro" dentro do Facebook e do Twitter indicam altíssimo índice de positividade nos posts. Revelam quase que uma pressão dos internautas para que a mídia dê ainda mais espaço ao Sonegômetro, sendo que muitos deles se comportam com entusiasmo, quase que como torcedores de times de futebol, com comentários enfáticos e estabelecendo uma correlação favorável ao uso e divulgação da ferramenta informacional criada e disponibilizada pelo SINPROFAZ à sociedade brasileira.

Considerações finais

O Sonegômetro é uma ferramenta informacional que veio para ficar. Está indicando que podem ser desenvolvidas métricas para aferir e mensurar conceitos de difícil tangibilidade, como,



por exemplo, "cidadania". Nessa ótica, um interessante trabalho futuro, em termos de "ciência de análise de dados", sem dúvida será a avaliação e classificação das postagens em redes sociais sobre o Sonegômetro, atividade que já está em andamento.

Para concluir, é necessário preparar o campo de estudo para futuras correlações, como as seguintes:

- Qual a relação entre termos como, por exemplo, "Sonegação" X "Corrupção"?
- Quais associações podem ser feitas entre a falta de estrutura para

combater os números apresentados pelo Sonegômetro em contrapartida ao seu expressivo crescimento?

- Que tipo de apoio está sendo destinado ao Sonegômetro por parte das estruturas oficiais?

- Diante dessa ferramenta igualizadora, como se pode avaliar o uso discricionário do rótulo de "Sonegador"?

Temas bastante propícios para análises futuras. ■

Hugo Cesar Hoeschl é Procurador da Fazenda Nacional e foi Promotor de Justiça. Presidiu o Centro de Informática e Automação de Santa Catarina (Ciasc) e a Associação Brasileira de Empresas de Processamento de Dados (Abep). É especialista em Informática Jurídica, Mestre em Filosofia do Direito, Doutor em Inteligência Aplicada e Pós-Doutor em Governo Eletrônico

13/12/2013 - Impostos não arrecadados chegam a R\$ 391 bilhões, mostra "Sonegômetro"
<http://g1.globo.com/diario-federal/noticia/2013/12/impostos-nao-arrecadados-chegam-r-391-bilhoes-mostra-sonegometro.html>

13/12/2013 - Gasto com sonegação no Brasil é 20 vezes maior que com Bolsa Família
<http://economia.terra.com.br/gasto-com-sonegacao-no-brasil-e-20-vezes-maior-que-com-bolsa-familia-5256407000f2410VgrCLD2000000cc6e60aRCRD.html>

13/12/2013 - Sonegômetro volta a Brasília e alerta: País perderá R\$415 bi em 2013
<http://noticias.r7.com/brasil/sonegometro-volta-a-brasilia-e-alerta-pais-perdera-415-bi-em-2013-11122013>

13/12/2013 - Sonegação no Brasil é 20 vezes maior que gasto com Bolsa Família, diz Sinprofaz
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-12-11/sonegacao-no-brasil-e-20-vezes-maior-que-gasto-com-bolsa-familia-diz-sinprofaz>

13/12/2013 - Sonegômetro: impostos não arrecadados ultrapassam R\$ 391 bilhões
<http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/impostos/noticia/3099560/sonegometro-impostos-nao-arrecadados-ultrapassam-391-bilhoes>

13/12/2013 - Sonegômetro: impostos não arrecadados ultrapassam R\$ 391 bilhões
<http://economia.uol.com.br/noticias/infomoney/2013/12/11/sonegometro-impostos-nao-arrecadados-ultrapassam-r-391-bilhoes.htm>

27/09/2013 - Sonegação fiscal no país ultrapassa R\$ 300 bi neste ano, diz sindicato
<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/09/sonegacao-fiscal-no-pais-ultrapassa-r-300-bi-neste-ano-diz-sindicato.html>

27/09/2013 - "Quem mais sonega no Brasil são as empresas", aponta Thais Herédia
<http://g1.globo.com/globo-news/omni-globo-news/videos/170005-09-2013-vidoes-vi-especialista-em-economia-sa-sobre-sonegacao-fiscal/2546668/>

27/09/2013 - Sonegômetro mostra que é alto calote aos cofres públicos
<http://exame.gol.com.br/economia/noticias/sonegometro-mostra-que-e-alto-calote-aos-cofres-publicos>

27/09/2013 - SONEGÔMETRO MOSTRA QUE CALOTE AOS COFRES PÚBLICOS PASSA DE R\$ 394 BILHÕES
<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Atualizacao/noticia/2013/09/sonegometro-mostra-que-calote-aos-cofres-publicos-passa-de-r-394-bilhoes.html>

Significado / definição de sonegação no Dicionário Priberam da...
www.priberam.pt/dlpo/sonegacao - Translate this page
Significado / definição de sonegação no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

SONEGAÇÃO FISCAL - CONCEITO - Portal Tributário
www.portaltributario.com.br/.../conceitode_sonegacao... - Translate this page
A fraude ou sonegação fiscal consiste em utilizar procedimentos que violem diretamente a lei fiscal ou o regulamento fiscal. É flagrante e caracteriza-se pela ...

O PREÇO DA SONEGAÇÃO - Portal Tributário
www.portaltributario.com.br/.../precodasonegacao.htm... - Translate this page
A fraude ou sonegação fiscal consiste em utilizar procedimentos que violem diretamente a lei fiscal ou o regulamento fiscal. Desta forma, conscientemente, um ...

L4729 - Presidência da República
www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950.../l4729.htm - Translate this page
Art 1º Constitui crime de sonegação fiscal: (Vide Decreto-Lei nº 1.060, de 1969). I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que ...

sonegação - Dicionário Português-Inglês WordReference.com
www.wordreference.com/pt/en/sonegacao - Translate this page
sonegação - Online Portuguese-English dictionary.

Sonegação no Brasil é 20 vezes maior que gasto ... - UOL Notícias
noticias.uol.com.br/.../sonegacao-no-brasil-e-20-vezes... - Translate this page
Dec 11, 2013 - A sonegação no Brasil é 20 vezes maior do que o valor gasto com o Programa Bolsa Família. O cálculo é do Sindicato Nacional dos ...

Images for sonegação - Report images

Sonegação de papel ou objeto de valor probatório - Wikipédia, a ...
pt.wikipedia.org/.../Sonegacao_de_papel_ou_objeto... - Translate this page
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório, constitui crime contra a administração da justiça. Incorre nesta conduta delituosa advogado ou procurador ...

Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento - Wikipé...
pt.wikipedia.org/.../Extravio,_sonegacao_ou_inutiliza... - Translate this page
O crime de Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento está previsto no artigo 314 do Código Penal Brasileiro. É um crime que só pode ser ...

Sonegação no Brasil é 20 vezes maior que gasto ... - Agência Bras...
agenciabrasil.ebc.com.br/.../sonegacao-no-brasil-e-20-... - Translate this page
Dec 11, 2013 - Brasília - A sonegação no Brasil é 20 vezes maior do que o valor gasto com o Programa Bolsa Família. O cálculo é do Sindicato Nacional dos ...

SONEGÔMETRO - Artigos - Sonegação no Brasil - Uma Estimativ...
www.sonegometro.com/.../sonegacao-no-brasil-uma-e... - Translate this page
A busca pela justiça fiscal pressupõe a observância da capacidade contributiva, mas também o efetivo combate à sonegação fiscal. Os resultados indicaram ...

Punição de até R\$ 60 milhões para empresas que corromperem

Aprovada pelo Congresso Nacional em resposta aos protestos populares ocorridos em junho de 2013, a chamada Lei Anticorrupção Empresarial (Lei n.º 12.846) entrou em vigor no último dia 29 de janeiro.

A nova legislação estabelece que empresas, fundações e associações passarão a responder civil e administrativamente sempre que a ação de um empregado ou representante causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública ou compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Trata-se da responsabilização objetiva, prevista nas esferas civil e administrativa.

As empresas que forem condenadas podem ser multadas em valores que variam de 0,1% a 20% do seu faturamento bruto. Não sendo possível fixar a sanção com base nesse critério, o valor poderá ir de R\$ 6 mil a R\$ 60 milhões. Essa pena não exclui a obrigação da empresa de reparar integralmente o prejuízo causado aos cofres públicos. Além disso, a empresa deverá custear a publicação da decisão condenatória em veículos de comunicação de grande circulação e terá o nome inscrito no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

A condenação administrativa por ato ilícitos não afasta a hipótese de a empresa ou en-

(Crédito: Ascom/CGU)



Sérgio Seabra (CGU)

tidade ser responsabilizada na esfera judicial nem a punição individual a seus dirigentes ou administradores. Além da multa, a empresa ou entidade ainda pode ter seus bens sequestrados e suas atividades suspensas ou interditadas. Dependendo da gravidade do caso, a Justiça poderá inclusive determinar a dissolução compulsória da

companhia ou entidade.

Segundo o secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção, da Controladoria-Geral da União (CGU), Sérgio Seabra, a lei é importante por permitir a responsabilização de quem corrompe. No Brasil, historicamente, a punição recai quase que exclusivamente sobre servidores públicos que se deixam corromper e aceitam vantagens indevidas para beneficiar pessoas físicas ou jurídicas.

“As empresas que ainda não tratam do assunto com a devida atenção vão perceber que é muito melhor investir em ética e integridade do que apostar na impunidade, em um modelo de negócio arcaico”, disse Seabra.

Na avaliação do advogado Giovanni Falcetta, do escritório do Aidar SBZ, a principal diferença é que a nova lei permite que as empresas sejam punidas sem a necessidade de comprovar culpa ou dolo (por meio da chamada “responsabilidade objetiva”).

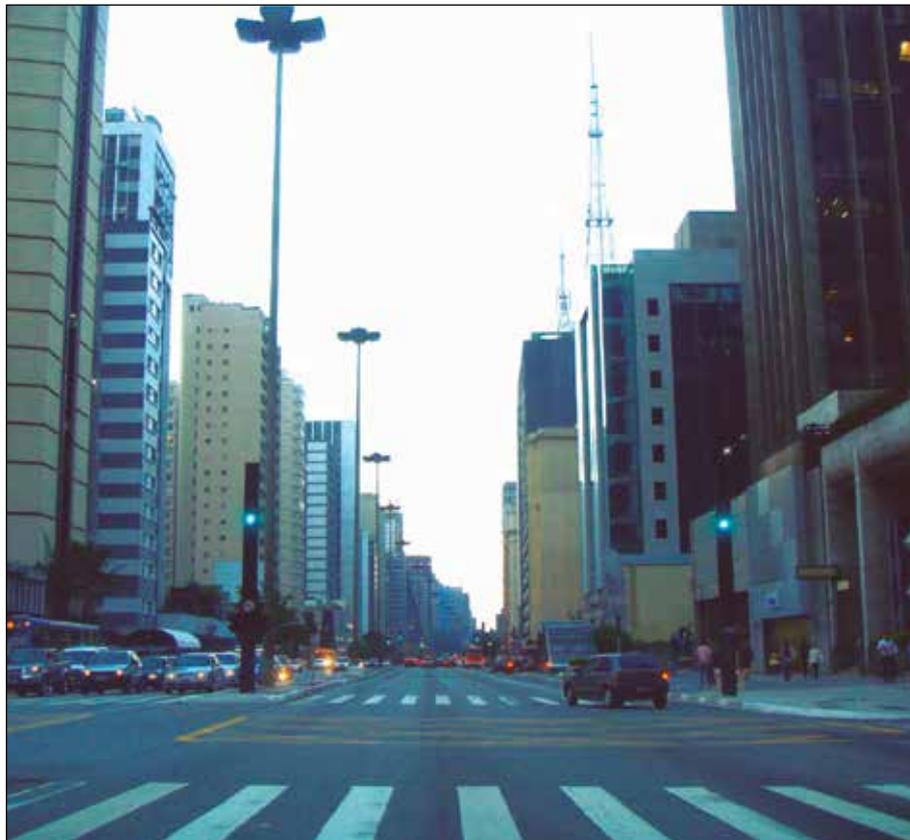
“Acredito que a gente vai passar por uma mudança cultural no jeito de fazer negócios no Brasil. Antes, a gente lidava com empresas estrangeiras

que estavam sujeitas a normas internacionais que não existiam aqui. (...) E [também lidava com] empresas aqui no Brasil que faziam o que bem queriam”, explica.

A professora Heloisa Estellita, da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), analisa que pode existir algum questionamento no futuro com relação à constitucionalidade da lei, justamente porque ela prevê a culpa da empresa sem que haja comprovação.

Ela também acredita que, para a lei se tornar efetiva, é necessária uma real fiscalização do poder público. “Isso vai depender muito, como sempre, da fiscalização. O melhor remédio para que as pessoas não pratiquem crime é a certeza de que serão punidas.” ■

(Com informações da Agência Brasil e do portal g1.globo.com)



A nova lei prevê multas de 0,1% a 20% do faturamento bruto das empresas em caso de condenação

Brasil é o 72.º em Índice anual da Transparência Internacional sobre percepção da corrupção

A lista é elaborada com base em pesquisas de opinião com agentes econômicos, que avaliam a percepção da corrupção em 177 países. Somália, Coreia do Norte e Afeganistão são os países onde a corrupção é mais percebida, enquanto Dinamarca e Nova Zelândia são os mais transparentes. Quase 70% dos países da lista têm “sérios problemas” com funcionários dispostos a receber suborno. Nenhum Es-

tado dos 177 citados recebeu pontuação máxima, de acordo com a ONG Transparência Internacional, sediada em Berlim.

No estudo divulgado no início de dezembro de 2013, o Brasil permanece em situação estável na lista com a 72ª posição, apesar dos recentes casos de corrupção política. Quarenta e dois é a pontuação do país numa escala de 0 a 100 – 0 significa um país com um se-

tor público considerado muito corrupto e 100 a transparência total. “Não é suficiente ter o poderio econômico, se você não pode dar o exemplo com bom governo”, afirmou Alexandre Salas, diretor para as Américas da Transparência Internacional. Apesar da nova Lei de Acesso à Informação e da Lei Anticorrupção, o pesquisador avalia que ainda há a sensação de uma prática de corrupção muito extensa no Brasil.

Diretores do Sindicato visitam Procuradores em Osasco e na PRFN3

Os encontros ocorreram na última semana de janeiro, oportunidades em que os dirigentes do Sindicato ouviram os pleitos dos Colegas e falaram sobre os planos de atuação do SINPROFAZ no ano de 2014

Na cidade paulistana de Osasco, o presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, reuniu-se com cerca de vinte Procuradores da Fazenda Nacional. Na unidade, as carências são flagrantes. Ainda assim, é exemplar o trabalho da Carreira de PFN, materializado principalmente nos sucessivos recordes de arrecadação do município (foto ao lado).

O presidente do Sindicato relata que há uma lacuna muito grande no trabalho diário dos Procuradores, que precisam parar a análise e manifestação nos processos judiciais e administrativos para perder tempo precioso exercendo funções eminentemente administrativas, que não são atribuição de PFN, o que atrasa o andamento dos processos.

Como frisa Heráclio Camargo, esse problema é sistêmico na PGFN. "A exceção confirma a regra da vida real na ponta. A Carreira está revoltada com a falta de perspectiva de promoção, inviabilizada pela falta de vontade política da AGU. A Carreira está cansada de esperar pela nomeação de todos os aprovados no concurso público mais recente, para que novo concurso possa preencher as 300 vagas faltantes no quadro da PGFN."

Tornar a bolsa dos estagiários competitiva, a fim de evitar a alta



rotatividade, é outra reivindicação prioritária do Sindicato e dos PFNs de todo o país, assim como a carreira de apoio em número compatível com as necessidades das projeções e com perspectiva de permanência dos aprovados.

O SINPROFAZ não aceita a "re-certificação" da PGFN, a qual insiste em manter de forma anacrônica e ilegal um analista tributário normatizando a Dívida Ativa da União, isto é, dizendo o Direito para Procuradores da Fazenda Nacional.

PRFN3

A reunião com os Colegas na sede da PRFN3 aconteceu no dia 30 de janeiro. Além do presidente do

SINPROFAZ, estiveram presentes as diretoras Helena Junqueira, Maria Regina Alcântara e Regina Hirose. Participou ainda ativa e construtivamente dos debates uma delegação da Seccional de Mogi das Cruzes.

Assim como em Osasco, foi um encontro bastante produtivo, no qual os Colegas PFNs apresentaram importantes sugestões para o aprimoramento dos relatórios das ações judiciais e a proposição de novas ações. Na oportunidade, foram eleitos, por unanimidade, os Colegas Marcos Lisandro Puchêvitch e Marília Machado Gattei, respectivamente, para os cargos de Delegado e Subdelegada Sindical no Estado de São Paulo.

A Diretoria do SINPROFAZ trabalhará com os eleitos a fim de estreitar os laços com os Colegas das Seccionais e fomentar o engajamento e a filiação dos PFNs que ainda não participam mais efetivamente das mobilizações da Carreira.

Quadro insuficiente

Há, na PRFN3, 80 vagas de Procurador da Fazenda Nacional em aberto. O número de assistentes técnico-administrativos (ATAs) também é bastante reduzido e apresenta altíssimo índice de vacância, pois os aprovados são muito qualificados e migram para concursos melhores. Dessa forma, reforça o Sindicato, é necessária a valorização dessa carreira e é imperioso que os ATAs do próximo concurso sejam

lotados nas projeções da PGFN.

Outra questão abordada pelos PFNs de São Paulo diz respeito às promoções. Os Colegas mostram-se indignados com a indiferença da AGU e lembram que a modificação do número de vagas por categoria independe de mudança legislativa, mas apenas de ato infralegal urgente.

O SINPROFAZ ressalta que ao contrário, para cumprir a lei, faz-se necessário novo concurso público para o preenchimento de 300 vagas de Procurador da Fazenda Nacional. “Mas cumprir a lei é opcional para cabeças de planilha, estafetas do abjeto ‘superávit primário’, que aniquila a capacidade governamental de implementar políticas públicas e asfixia as Carreiras de Estado, no país em que metade da população não tem acesso à rede de saneamento básico”, indigna-se o presidente Heráclio Camargo.

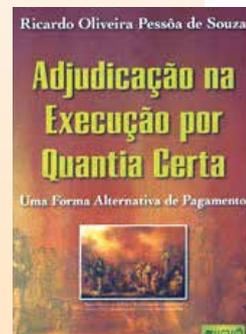
O Sindicato continuará atuando de forma independente e acolherá as sugestões e deliberações da Carreira para travar todos os embates que se apresentarem em 2014, bem como todos os diálogos e projetos que tragam efetividade na melhoria das condições remuneratórias e profissionais dos PFNs. “O SINPROFAZ acompanha

PFN atualiza livro sobre Adjudicação

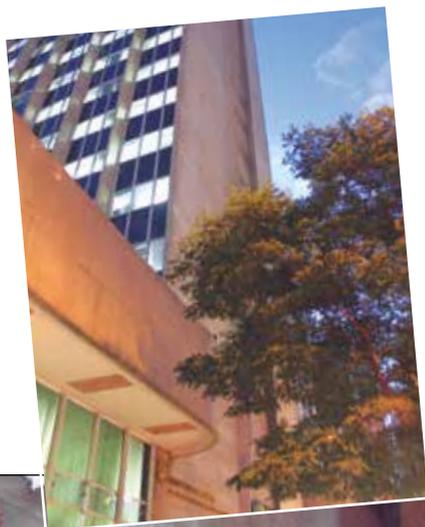
Quarta edição revista, ampliada e atualizada de livro do PFN Ricardo Oliveira Pessôa de Souza já está disponível para aquisição.

Adjudicação na Execução por Quantia Certa, A - Uma Forma Alternativa de Pagamento é o título da obra escrita pelo Colega Procurador da Fazenda Ricardo Pessôa. Entre as atualizações do livro, importante destacar as mudanças referentes aos novos Códigos de Processo Civil português e brasileiro.

Para mais informações e aquisição da obra, acesse o site da Juruá Editora: www.jurua.com.br.



de perto a realidade dos Colegas da ponta e não se acomoda diante da inércia e da inépcia de um governo que sucateia deliberadamente a PGFN”, finaliza o presidente do SINPROFAZ. ■



DIAP celebra 30 anos de intensa e produtiva atuação

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que completou 30 anos de fundação em 19 de dezembro de 2013, é parceiro fundamental do SINPROFAZ nas lutas em prol da Carreira de PFN no âmbito do Congresso

Não é novidade o fato de que a maior parte das demandas da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional é tratada no Parlamento. São várias as matérias de interesse da Carreira em tramitação na Câmara e no Senado Federal, o que exige a atuação permanente do Sindicato nas duas Casas legislativas, além de um assessoramento ágil e competente. Esse papel é cumprido de forma exemplar pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o DIAP, ao qual o SINPROFAZ é filiado.

O DIAP foi fundado em 19 de dezembro de 1983, por um pequeno grupo de entidades sindicais, sob a orientação visionária do advogado trabalhista Ulisses Riedel, atual diretor técnico da entidade. Era um momento de grandes mudanças no cenário político do país. Dali a cinco anos seria instalada a Assembleia Nacional Constituinte, que deu origem à Constituição Cidadã de 1988.

Desde sua fundação e a partir daí, o DIAP, sob a batuta de Ulisses Riedel, passou a contribuir com o movimento sindical no sentido da institucionalização, da transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais da classe trabalhadora.

Órgão de pressão, o DIAP não exerce nenhum tipo de "patrulha-



"As principais conquistas aqui aprovadas, principalmente na elaboração da nova Constituição, tiveram a marca do DIAP." (Deputado Paulo Paim)

mento ideológico". Pelo contrário, respeita todos os posicionamentos. No entanto, informa os sindicatos de trabalhadores e a sociedade – porque a verdade é o seu principal compromisso – e, assim, procura dar conta sobre os projetos em curso no Congresso Nacional e oferece elementos sobre a atuação parlamentar, contribuindo para que haja transparência e para que o cidadão tenha, afinal, meios de conferir se há coerência entre discurso eleitoral e prática legislativa de cada representante do povo.

Estrutura

O DIAP é constituído atualmente por mais de mil entidades sindicais de trabalhadores, congre-

gando todas as centrais sindicais reconhecidas pelo governo, confederações, federações, sindicatos e associações distribuídas em todos os estados do País.

O comando político-sindical da entidade é exercido pelas entidades filiadas, que constituem a Assembleia Geral, e se reúnem periodicamente na forma estatutária. A sua diretoria, por igual, é constituída por dirigentes sindicais.

Nesta fase, percebendo as dificuldades porque passa o movimento sindical no quesito formação política, o DIAP tem investido na construção e publicação de materiais que possam ajudar a superar essa deficiência. Há ainda publicações que ajudam a enten-

der como funciona a máquina pública federal e as novas regras da previdência complementar do servidor.

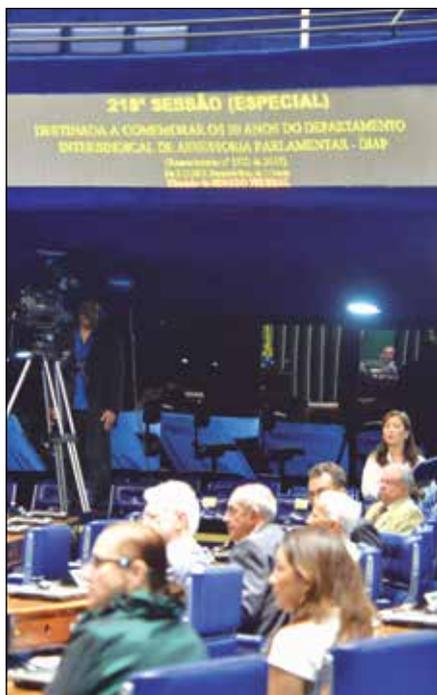
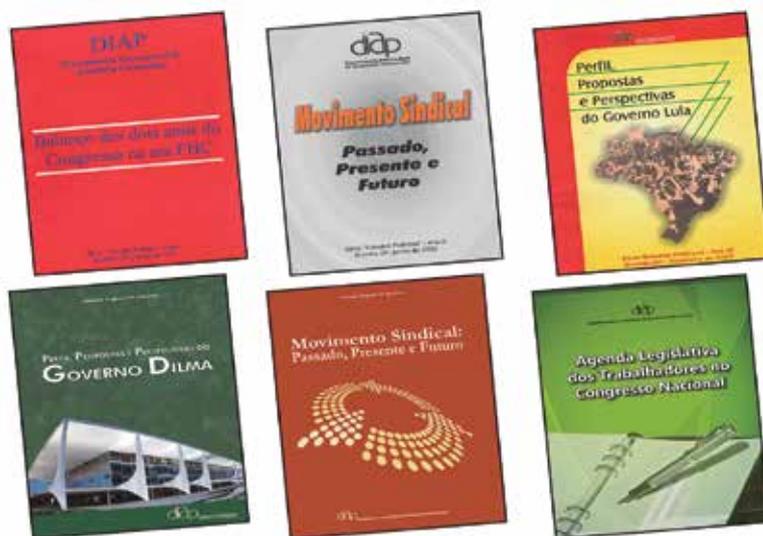
Sessão solene

Para comemorar os 30 anos de fundação do DIAP, ocorreram em dezembro último dois relevantes eventos. No dia 2 (fotos abaixo), o Senado realizou sessão solene requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS). A sessão foi aberta pelo senador gaúcho e depois presidida pelo presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL), que afirmou: "o DIAP participa ativamente da construção da democracia brasileira e seu trabalho colabora para a melhoria e aperfeiçoamento das instituições".

No mesmo dia, o DIAP inaugurou em sua sede uma galeria com as publicações históricas da entidade, fazendo uma retrospectiva da atuação do Departamento em defesa das conquistas dos trabalhadores. ■



Equipe do DIAP: Iva Cristina Pereira de Sant'Ana, Robson Lopes Graça, Alysson Alves, André Luís dos Santos, Ricardo Dias de Carvalho, Marcos Verlaïne, Antônio Augusto de Queiroz, Viviane Ponte Sena e Neuriberg Dias



Projeto Na Real foi finalista no Prêmio Nacional de Educação Fiscal de 2013

Concorrendo com 190 projetos de 19 estados e do Distrito Federal, o aplicativo criado pelo SINPROFAZ para smartphones e tablets foi classificado entre as dez iniciativas finalistas do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, ação da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF) e com o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF). A premiação, com a presença do Sindicato, ocorreu no dia 19 de novembro último, na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Parte da Campanha Nacional da Justiça Fiscal criada pelo SINPROFAZ, o Na Real registra milhares de downloads nas lojas virtuais Google Play e Apple Store e posiciona-se como importante instrumento de educação fiscal, demonstrando o compromisso do Sindicato em promover o debate sobre a reestruturação do sistema tributário brasileiro, inserindo nesse contexto o combate à sonegação e a necessidade de valorização da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional.

O Prêmio Nacional de Educação Fiscal tem o patrocínio do Banco de Brasília e da Petrobras e o apoio do Centro Interamericano de Administração Tributária (CIAT), Conselho Federal da OAB, Encontro de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT), Ministério Público, associações filiadas à FEBRAFITE e Organizações Globo.



Allan Titonelli, ex-presidente do SINPROFAZ, recebeu o certificado de finalista em nome do Sindicato

R\$ 1,1 trilhão: Arrecadação recorde em 2013

Entre impostos e contribuições federais, o governo federal arrecadou a impressionante cifra de R\$ 1,1 trilhão no ano passado, de acordo com dados da Receita Federal. O volume é 4% superior ao

de 2012, já descontada a inflação do período. Tanto a arrecadação de todo o ano de 2013 quanto a do mês de dezembro – R\$ 118,3 bilhões – foram as maiores já registradas desde 1995.

Na avaliação de especialistas em contabilidade pública, as arrecadações recordes deverão continuar sendo a política do governo para não cortar gastos públicos, principalmente em ano eleitoral.

Defesa dos direitos e das prerrogativas do Advogado Público tem na OAB SP um forte aliado

O presidente da OAB SP, Marcos da Costa, e o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas, Ricardo Toledo Santos Filho, falam a respeito da importante aproximação da Ordem com os Advogados Públicos no Estado

Quais são as principais demandas dos Advogados paulistas atualmente?

Marcos da Costa – Há uma demanda perene que é a defesa das prerrogativas profissionais. Houve tempos em que esse conjunto de direitos do Advogado, fixados em lei para assegurar a defesa independente do cidadão, foi atacado de forma virulenta, caso das invasões de escritórios de Advocacia ocorridas em 2005, quando se buscava com mandados de apreensão genéricos provas contra o cliente nos arquivos do Advogado, numa afronta ao Estado Democrático de Direito. Mas a prerrogativas também está presente em episódios mais corriqueiros, como a proibição de acesso aos autos, o que o impede de promover uma boa defesa. Procuramos dar força à nossa Comissão de Direitos e Prerrogativas, inclusive com um processo de descentralização – com criação de Conselhos Regionais – em todo o interior e litoral do Estado, procurando dar celeridade na resposta a estes casos, e a criação da Diretoria Adjunta de Prerrogativas, o que permite que o tema seja pauta constante em nossas reuniões de Diretoria.

Outra demanda recente é o enfrentamento das consequências da implantação do processo digital,



Marcos da Costa



Ricardo Toledo

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e especialista em Direito Empresarial pela Universidade Mackenzie, Marcos da Costa, 48 anos, advoga há 26 anos. Presidente a Secção de São Paulo da OAB no triênio 2013/2015, onde também já foi vice-presidente, tesoureiro e conselheiro seccional. É membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Conselho Superior de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do Conselho Superior Estratégico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Ricardo Toledo Santos Filho graduou-se na PUC-SP no ano de 1994. Depois, fez mestrado na USP, na área de Direito Penal. Integra diversas associações de advogados e é autor de artigos publicados em revistas especializadas. Foi professor de Processo Penal por sete anos, carreira que interrompeu ao ser eleito conselheiro seccional da OAB SP para o triênio 2010/2012, reeleito para o triênio 2013/2015. Presidiu diversas comissões, com destaque à Comissão de Estudo do Projeto de Reforma do CPP; foi o primeiro presidente da Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios Sucumbenciais, coordenador da Comissão de Direitos e Prerrogativas, depois Conselheiro e hoje é seu atual presidente (triênio 2013/2015).

que tem causado transtornos pelo ritmo açodado com que vem sendo implantado. Somos totalmente favoráveis ao processo judicial eletrônico, desde que implantado de forma planejada e estruturada. Tenho repetido que a mudança do papel para o meio digital deveria ocorrer de forma mais paulatina, inclusive para que os ajustes no sistema fossem feitos de imediato, tão logo os problemas que surgissem. Um exemplo bem sucedido desse tipo de transição aconteceu com o envio eletrônico da declaração do Imposto de Renda, cuja implantação aconteceu de forma gradual, sem causar transtornos ou insegurança aos contribuintes, que tiveram tempo de se adaptar até adotarem em definitivo a remessa digital.

O debate sobre um Judiciário mais ágil e eficiente, com amplo acesso ao cidadão é outro foco de preocupação da Advocacia bandeirante. Vimos defendendo a independência financeira do Judiciário paulista como forma de responder às grandes demandas por Justiça no Estado, o que não ocorre por falta de estrutura física e de recursos humanos. A cada orçamento, os cortes promovidos pelo Executivo tem engessado o Judiciário, que não tem margem para investimento e isso afeta a todos, não só a magistratura.

Neste primeiro ano de mandato à frente da OAB SP, o que podemos destacar na atuação da Diretoria?

Marcos da Costa – Já no início de 2013, adotamos – na prática – uma série de medidas para ajudar a classe a enfrentar o avanço da informatização dos processos nos diferentes tribunais. Batemos um recorde de mais de 60 mil certificações digitais dos advogados, graças aos mutirões que promovemos nas principais Subseções do Estado, e promovemos centenas de

cursos gratuitos sobre o processo eletrônico e certificação a fim de preparar o Advogado para a inserção digital.

No ano passado, também tivemos de nos mobilizar contra a tentativa de reduzir o horário de atendimento dos fóruns paulistas, o que exigiu articulação conjunta das entidades representativas da Advocacia. A OAB SP utilizou dife-

Já no início de 2013, adotamos – na prática – uma série de medidas para ajudar a classe a enfrentar o avanço da informatização dos processos nos diferentes tribunais

rentes canais (Conselho Nacional de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Conselho Federal da OAB) para pleitear o restabelecimento do horário antigo, o que ocorreu no segundo semestre.

Destaco ainda o enfrentamento ao provimento 17/2013, da Corregedoria Geral de Justiça (TJSP), que previa a realização de mediação e conciliação em cartórios notariais e registrais, sem a presença de Advogado. Depois da liminar, concedida no mês de agosto, o CNJ confirmou a decisão enterrando esta possibilidade.

Por fim, consolidamos (e concluiremos ao longo de 2014) o processo de descentralização da defesa de nossas prerrogativas

profissionais, com a criação de Conselhos Regionais de Prerrogativas, que chegarão a 12, cobrindo todo o Estado de São Paulo, para dar agilidade no julgamento de processos e resposta mais célere a estas violações.

Preciso ainda destacar nossa preocupação em que tanto as mulheres Advogadas, como os jovens Advogados, participem ainda mais das atividades da OAB SP, o que tenho procurado fazer com o fortalecimento das respectivas comissões.

Como são acolhidos na OAB SP os Advogados Públicos?

Marcos da Costa – A acolhida aos Advogados Públicos é sempre calorosa, porque comungamos todos da mesma missão. O papel do Advogado Público é zelar pela moralidade, eficiência e legalidade que devem reger a administração pública. Ele trabalha a serviço da coletividade e na defesa da coisa pública, e por isso mesmo precisa atuar com independência.

Após um ano na presidência da Comissão de Direitos e Prerrogativas, o que pode ser destacado nas atividades da Comissão?

Ricardo Toledo – A Comissão de Prerrogativas da OAB SP historicamente tem sido muito atuante e combativa. O presidente antecessor, Antonio Ruiz Filho, muito fez – e continua a fazer – em prol da Advocacia. Quando assumi a Comissão, ela estava absolutamente com os prazos em dia e com inúmeras realizações. Estamos dando continuidade a essa atuação. Os números da chamada “Advocacia em Ação” são significativos. Atualmente, temos em andamento, apenas em São Paulo, 2.548 processos. Em 2013, impetramos 23 habeas corpus e outros 21 mandados de segurança. Além disso, ofertamos 73 representações contra autoridades e servidores públicos.

Julgamos 52 casos de agravos, com a concessão em 31 deles. Ao final, realizamos 29 sessões solenes de agravos, inclusive em praças públicas, na frente do Fórum, para que os juízes contra os quais se voltavam as medidas presenciassem o ato, como, por exemplo, em Rio Claro e Santa Bárbara D'Oeste. Apenas no ano passado, fizemos a defesa de 173 Advogados em Juízo. Assinei exatamente 3.815 ofícios em 2013, o dobro inclusive da Presidência da OAB/SP. Isso mostra o volume de trabalho.

Estivemos pessoalmente no Senado Federal para encaminhar a todos os senadores integrantes da Comissão de Constituição e Justiça manifestação da OAB SP pugnando pela aprovação do projeto de lei que criminaliza as condutas que violem as prerrogativas profissionais, projeto este iniciado na OAB de São Paulo, na gestão do então presidente Luiz Flávio Borges D'Urso. A expectativa é a de que, neste semestre, o projeto seja votado na CCJ.

Abrimos as portas da Comissão aos advogados, democratizando-a, fazendo reuniões periódicas com todos os seus integrantes, para permitir a livre manifestação de todos. Formamos força-tarefa para atuação preventiva e de atendimento imediato a Advogados que fossem proibidos de exercer com liberdade sua profissão, especialmente nos eventos relacionados às manifestações públicas. Ampliamos o plantão de atendimento, com a abertura de espaço na Polícia Federal. Tornamos a página da Comissão na internet mais ágil, com mais informações, notícias e jurisprudência com decisões favoráveis à classe. Criamos canal direto de comunicação em rede social. Montamos subgrupos, dentro da Comissão, para atuação específica em determinadas áreas.

Como se encontra hoje a relação entre advogados, Judiciário e Ministério Público? Já foi melhor ou pior?

Marcos da Costa – Estamos no início da gestão da nova cúpula do Tribunal de Justiça de São Paulo, que tem acenado com a possibilidade de diálogo com a Advocacia e demais agentes que compõem a Justiça; isso é muito importante, porque a soma da opinião de todos pode propor medidas que contribuam para solucionar mazelas do Judiciário.

Ainda temos a nossa iniciativa, apoiada pelo do presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região, desembargador Flávio Allegretti de Campos Cooper, para que a OAB SP tenha assento reservado no Órgão Especial e no Órgão Pleno do Tribunal, com direito a voz, o que nos permitirá contribuir para o fortalecimento daquela Corte; caso aprovada, a medida servirá de precedente relevante para que possamos apresentar o mesmo pleito a outros Tribunais.

Em outubro de 2013 houve uma reunião, inédita, da OAB SP com a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3.ª Região. Já se pode dizer que essa reunião rendeu frutos?

Ricardo Toledo – Sem dúvida nenhuma. Em primeiro lugar, pela aproximação imediata entre Procuradores e Advogados. A união entre profissionais que vivenciam os mesmos problemas cotidianos se mostra inegavelmente salutar. Além disso, acho que há muito espaço para que todos nós, em conjunto, possamos defender as franquias profissionais que nos são outorgadas por lei federal. É comum ouvirmos de Procuradores os problemas relacionados ao exercício da profissão, ao tratamento dispensado por juiz, aos obstáculos impostos por cartório, à dificuldade no acesso aos autos, ao direito consagrado em lei federal de o Advogado ser atendido por agente público, dentre outros. A atuação conjunta seguramente propiciará a melhoria das condições de trabalho e da defesa das prerrogativas.



Em outubro de 2013, dirigentes da OAB SP reuniram-se pela primeira vez com a PRFN3

Procurei focar minha palestra em problemas diários suportados pelos profissionais da Advocacia em geral. Mais do que isso, procurei demonstrar que a Comissão está aberta à participação de todos os que queiram nela ingressar. A preocupação com a área pública nesta gestão é tão grande que, pela primeira vez na história, nomeamos um vice-presidente da Comissão especificamente para a área pública. Trata-se, neste caso, de Procurador estadual. Além disso, existe na OAB SP uma Comissão específica que versa sobre os assuntos institucionais de interesse dos Procuradores, que é a Comissão Permanente da Advocacia Pública. Queremos ampliar ainda mais esses laços. Espero que a palestra tenha despertado nos Procuradores a vontade de se aliar a nós, de empreender esforços na defesa de nossa profissão, enfim, no respeito que todos os agentes do Judiciário devem dispensar aos Advogados, públicos ou não. Volto a exortar os Advogados Públicos a procurar a Comissão de Direitos e Prerrogativas sempre que necessário.

Marcos da Costa – Nesse encontro, enfatizei o apoio da OAB SP à autonomia técnica dos Advogados Públicos, mostrando que estamos atentos ao Projeto de Lei Orgânica da AGU (PLP n.º 205/2012), que cria novos regramentos para a Advocacia Pública, com sérios riscos de supressão de direitos e prerrogativas já consagrados.

A OAB SP apoiou publicamente as mudanças pleiteadas pela Advocacia a este projeto, o que foi explicitado no “Manifesto da Advocacia Pública Federal” (Fórum Nacional da Advocacia Pública). Entendemos que o Congresso Nacional deve garantir aos Advogados Públicos prerrogativas isonômicas com as demais Funções essenciais do Judiciário, a independência e a valorização da Carreira, que passa inclusive por

Existe na OAB-SP uma Comissão específica que versa sobre os assuntos institucionais de interesse dos Procuradores, que é a Comissão Permanente da Advocacia Pública. Queremos ampliar ainda mais esses laços

destinar-lhes as verbas sucumbenciais. A OAB SP e o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal trabalham em sinergia no sentido de promover o enfrentamento das dificuldades encontradas nas carreiras dos Advogados Públicos federais e para consolidar as propostas e os avanços necessários.

Além disso, no encontro de outubro percebi grande receptividade. Considero muito importante o estreitamento desta comunicação, porque a OAB é formada pelos Advogados, sejam privados ou públicos. Somente com efetiva união conseguiremos atingir conquistas tão necessárias para a classe como um todo.

Qual a sua opinião sobre o pagamento de honorários de sucumbência ao Advogado Público?

Ricardo Toledo – A questão atinente à destinação dos honorários de sucumbência é de alta relevância e, neste particular, não aceitamos qualquer outra exegese, entendimento ou interpretação que venha a distorcer aquilo que a lei federal manda: ou seja, os honorários de sucumbência pertencem ao Advogado. Esta, a regra claríssima do artigo 23 da Lei Federal nº 8.906/94. Em sendo esse o comando normativo, todos, mas todos mesmo, estão obrigados a obedecê-lo. Por isso, é cristalina a constatação de que, pela diretriz legislativa, os honorários sucumbenciais pertencem ao Advoga-

do, público ou privado. Decorrem de sua exitosa atuação profissional. Ao que tenho visto, o STJ tem, inclusive, declarado o caráter alimentar dos honorários de sucumbência. Não é por outra razão que, no âmbito da Comissão, temos ingressado, na qualidade de assistente simples, em ações cíveis promovidas por Advogados que tiveram seus honorários obstados ou reduzidos.

E a respeito da autonomia técnica do Advogado Público?

Marcos da Costa – Temos apoiado as lutas dos Advogados Públicos em prol dos projetos de estruturação das Carreiras. O Advogado Público deve ter asseguradas sua independência e sua autonomia para exercer plenamente suas funções, que podem contrariar governantes, porque visam proteger o interesse público. Não cabe, em um Estado Democrático de Direito, cercear ou tentar conduzir a atuação do Advogado Público. O Estatuto da Advocacia (Lei n.º 8.906/94) é muito claro, ao prever no artigo 7.º, I e § 2.º e no artigo 18, a liberdade funcional e independência no livre exercício da função do Advogado, que tem de ser respeitada.

Ricardo Toledo – Na minha avaliação, autonomia e independência funcionais são apanágios que não podem ser, a nenhum pretexto, afastados dos Advogados Públicos. Assim também o são em relação a juízes e promotores. Não se desconhece, em absoluto, que as instituições apresentam o caráter de unidade e indivisibilidade, mas isso não pode levar ao engessamento de opiniões. A liberdade de pensamento, assegurada inclusive na Constituição Federal, precisa ser preservada. A história já demonstrou que o patrulhamento ideológico não é fator de evolução humana. E quem se esquece das lições da História arrisca-se a repetir suas tragédias. ■

SINPROFAZ patrocinou, em PE, 1.º Torneio da Advocacia Pública Federal

Realizado nos dias 30 de novembro e 1.º de dezembro de 2013, o evento foi fruto de parceria entre as Carreiras da Advocacia Pública Federal do Estado e contou com sete modalidades

A iniciativa de realizar o 1.º Torneio partiu dos Advogados Públicos Federais lotados nas unidades da Advocacia-Geral da União em Pernambuco (PRF5, PRU5, PRFN5, PRBACEN5, CJU/PE, SAD/PE e EAGU/PE), com o objetivo de promover a integração entre membros e servidores da Instituição, estimular um saudável relacionamento interpessoal, conscientizar quanto à importância da prática de atividade esportiva e criar oportunidades para a melhoria do clima organizacional. Dessa forma, o torneio foi aberto para todos os membros das carreiras jurídicas e para os servidores das unidades.



Ouro e prata do futebol feminino



Competição de tênis de mesa masculino

O diretor de Relações Intersindicais do SINPROFAZ, João Paulo Cordeiro Cavalcanti – integrante da comissão organizadora do torneio –, relata que a semente do projeto foi lançada quando o Grupo de Esportes do TRT6 convidou a PFN/PGFN/AGU a organizar um time para participar de um torneio de futsal da Justiça do Trabalho. A partir daí, os Colegas (muitos dos quais já eram amigos desde a faculdade ou até mesmo do colégio) passaram a se integrar cada vez mais, organizando um futebol semanal e participando de outras modalidades sempre que convidados pelas Associações do TRT6.

Após sondagens iniciais para avaliar o interesse dos Colegas, foram disponibilizadas as seguintes modalidades esportivas: futsal masculino; futsal feminino; tênis de quadra – masculino e feminino; tênis de mesa – masculino e feminino; natação – masculino e feminino; corrida – 5 km, 10 km e meia maratona; e dominó.

Todas as competições aconteceram no Círculo Militar (Av. Agamenon Magalhães), exceto a corrida, que foi realizada na manhã do dia 1.º, domingo, juntamente com “2.ª Meia Maratona de Pernambuco – Circuito dos Poetas”, com largada no Paço Alfândega. A 2.ª Meia Maratona, de acordo com o material de divulgação do evento, foi “uma corrida cultural pelas ruas do Recife Antigo. No percurso, 12 estátuas de escritores e poetas que contam um pouco da história de Pernambuco”.

No dia anterior haviam ocorrido as partidas de futebol, tênis, natação e dominó. Também foram disponibilizados equipamentos de recreação infantil e os atletas puderam convidar suas famílias para acompanhar as disputas.

João Paulo Cavalcanti ressalta



Participantes da corrida de rua



Concentração na partida de dominó

que a responsabilidade social não foi esquecida: os interessados doaram um quilo de alimento não perecível para cada modalidade inscrita. Os alimentos arrecadados foram entregues ao Núcleo de Apoio à Criança com Câncer, entidade beneficente com sede no Estado de Pernambuco.

O torneio foi encerrado com um almoço de confraternização no Círculo Militar, oportunidade em que a organização do evento fez a entrega das premiações aos atletas, bem como o troféu para a unidade classificada em primeiro

lugar no quadro de medalhas, a Procuradoria Regional Federal da 5.ª Região.

Na avaliação do diretor do SINPROFAZ, o evento inédito “acabou por coroar o excelente relacionamento entre os membros da Advocacia Pública Federal no Estado de Pernambuco, possibilitando uma integração e aproximação cada vez maior, o que nos dá novo fôlego para continuarmos lutando de forma coordenada pelas grandes causas em defesa da Advocacia Pública Federal que atualmente se apresentam”. ■

Como sempre, mas diferente

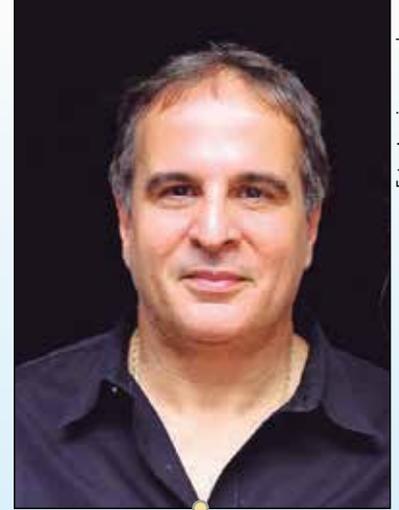


Foto: Arquivo pessoal

Murillo de Aragão*

Desde a eleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 1994, não ocorrem surpresas nas disputas presidenciais. O favorito ganha sem maiores problemas. FHC não era o favorito, mas todos sabiam que o sucesso do Plano Real o tornaria imbatível. Foi o que aconteceu. Em 1998, FHC ainda vivia das glórias do Plano Real e Lula (PT) ainda não tinha uma narrativa que convencesse os indecisos.

Em 2002, FHC foi esquecido da campanha de José Serra (PSDB) e o favoritismo de Lula se confirmou. Tanto pela fadiga de material do governo tucano, quanto pelos movimentos destinados a capturar os indecisos. Em 2005, Lula saiu do inferno do mensalão do PT para ganhar uma eleição em que a falta de opção e o êxito das políticas sociais faziam diferença. Em 2010, o favoritismo de Dilma (PT) era evidente mesmo quando ela ainda patinava nas pesquisas. Lula era capaz de eleger qualquer um.

Considerando o retrospecto, as eleições deste ano para o Palácio do Planalto apresentam um favorito óbvio: em condições normais, Dilma Rousseff será reeleita a partir de algumas vantagens claras. Além de ter uma boa popularidade que deve continuar a crescer, Dilma conta com mais

tempo de televisão, mais coalizões e a máquina governamental a seu favor. Lula permanece carismático e o mais poderoso cabo eleitoral. A oposição ainda não construiu a narrativa da mudança nem a maioria do eleitorado parece cansada de Dilma. Assim, tudo caminha a favor de sua reeleição. Tal fato seria líquido e certo se, como sempre, não ocorressem surpresas. Todas as eleições têm surpresas. O que importa saber é se as surpresas poderão mudar o curso dos acontecimentos. Nesse sentido, as eleições presidenciais de 2014 têm características bem peculiares. De um lado, o favo-

oritismo incontestado de Dilma. De outro, os efeitos das manifestações de rua de 2013, que podem se repetir. Dois outros aspectos devem ser considerados: o estado da economia e o funcionamento do Brasil na Copa do Mundo.

Aparentemente, os fatores de risco parecem identificados. O governo sabe que o fim do "tapering" terá efeitos na política cambial. Sabe também que provavelmente seremos rebaixados pelas agências de risco, mas nada que ameace nosso *investment grade*. Sabe também das manifestações e prepara uma força policial de 10 mil soldados para atuar especificamente na questão. E sabe, ainda, que nossos aeroportos e nossa estrutura viária urbana serão testados ao limite durante a Copa. Saber os fatores de risco é uma vantagem para Dilma. Resta provar que ela e o governo terão competência para gerenciá-los.

Finalmente, considerando que as coisas que podem dar errado já estão identificadas, sobram os fatores imponderáveis. As surpresas absolutamente inesperadas, que, nas últimas eleições, não foram capazes de mudar o curso dos acontecimentos. ■

Saber os fatores de risco é uma vantagem para Dilma. Resta provar que ela e o governo terão competência para gerenciá-los

* Advogado, jornalista e cientista político Mestre em Ciências Políticas e doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília

PFN traduz mais um volume de obra inédita em português



Luiz Fernando Serra Moura Correia traduziu para o português dois Tomos de “Histoire de France” (História da França), livro do professor Jules Michelet, e, no momento, está trabalhando no Tomo Terceiro

Sobre essa atividade, feita por diletantismo, Luiz Fernando afirma: “A tradução visa àqueles que nutrem interesse pela breve passagem da humanidade sobre este planeta, desde que ela, humanidade, começou a contar-se, a registrar-se a si mesma”.

Ele conta que o principal motivo para fazer a obra foi gostar da história em geral e da história da França em particular. Mas também pesou a curiosidade em saber como os fatos eram pensados, vistos e explicados por um dos mais importantes historiadores do início do século XIX. Luiz Fernando lembra que Michelet não só viveu num período fundamental para a história da humanidade – Revolução Francesa e seus posteriores desdobramentos, a durarem quase cem anos –, mas que também estava livre de uma visão marxista da História (materialismo histórico), que muito se impôs nos círculos acadêmicos no século XX.

Segundo Luiz Fernando, em determinado momento de suas leituras, notou a riqueza do trabalho de Michelet. Para ele, esse trabalho vai muito além da mera história de um único país. Por isso, procurou saber se sua obra havia sido traduzida para o português. Como a resposta foi negativa, decidiu fazê-lo, não por interesse comercial ou monetário, mas por acreditar em sua importância.

O trabalho está sendo realizado

com prazer e sem pressa. O Tomo Primeiro levou cerca de seis meses para ficar pronto. Já o Segundo, embora bem mais extenso, ficou pronto em apenas quatro meses e meio, “pois já estava calejado”. O Procurador esclarece que essa tradução da *Histoire de France* está longe de ser concluída. “São cerca de 15 ou 16 Tomos. Pretendo continuar a tradução, embora, devo confessar, o período a partir de Luís XIV não seja o meu preferido (ainda que importantíssimo para compreender como se chegou à Revolução Francesa de 1789)”.

Antes de *História da França*, Luiz Fernando realizou pequenas traduções para estudo próprio e divulgação para um muito restrito grupo de amigos. Os textos eram, basicamente, artigos jurídicos ou notícias jornalísticas.

Hoje, está traduzindo o terço inicial do Tomo Terceiro da *História da França*, que envolve o período a partir de 1270. “Anos cruciais quando, na visão do autor, a feudalidade morre na França, na pessoa de Felipe, o Belo, que promove a centralização monárquica, a ruptura com a Igreja, a construção da ordem civil”, afirma. Para Luiz Fernando Correia, esse é um dos Tomos mais importantes e que faz compreen-

Foto: Arquivo pessoal



der da razão de Jules Michelet ter dito que a “a tirania, na Idade Média, começou pela liberdade. Tudo começa por ela”.

Mas, como disse, por puro diletantismo, o Procurador pretende executar um outro projeto, tão logo termine o Tomo Terceiro. Trata-se da tradução de um livro de Stefan Zweig, a partir da versão em francês. “Não gostaria

de revelar, neste momento, o nome do livro, mas creio ter visto apenas uma antiga edição em português, dos anos 1950 ou final dos 1940”, declarou.

Luiz Fernando está há 13 anos e meio na PGFN. Para conciliar o trabalho na Procuradoria com a atividade de tradutor, ele conta que uma das vantagens de se fazer tradução por diletantismo é a inexistência do fator de pressão “tempo”; a outra é poder escolher o que se quer traduzir. Dessa maneira, Luiz Fernando usa o tempo que consegue, na medida em que o obtém, para a tradução. Tenta, porém, impor a si mesmo uma meta mínima diária de cinco páginas ou semanal de 35.

A tradução feita pelo PFN pode ser encontrada, com exclusividade, na Amazon (www.amazon.com.br ou www.amazon.com), em formato digital (e-book). ■

O maior templo da música instrumental brasileira

Com 36 anos de história, o Clube do Choro de Brasília recebe anualmente os melhores músicos brasileiros para homenagear a música instrumental, o Chorinho e os grandes nomes da história da música brasileira

Fundado em 1977, o Clube do Choro originou-se da paixão de alguns instrumentistas oriundos do Rio de Janeiro que se viram morando em Brasília sem um lugar para fazer o que mais gostavam: tocar Chorinho. Nomes como Avena de Castro, Bide, Pernambuco do Pandeiro e Odette Ernest Dias faziam parte dessa turma. Antes da fundação do Clube, as reuniões eram nas casas dos próprios "chorões".

No início da década de 70 vieram as apresentações em locais públicos. Até que o então governador do Distrito Federal, Elmo Serejo Farias, empolgado com um show a que assistiu, concedeu ao grupo um espaço para as reuniões – mais precisamente, um vestiário abandonado próximo ao Centro de Convenções, no centro da capital. Foi aí que resolveram fundar o Clube do Choro. Esse espaço passou a ser a casa do chorinho brasileiro. Mas não foi tão fácil chegar ao que é hoje. Durante dez anos, entre as décadas de 80 e 90, o Clube ficou fechado, abandonado; foi saqueado e invadido.

Mas graças à resistência, insistência, obstinação e força de vontade do jornalista e músico Henrique Lima dos Santos Filho, o Reco do Bandolim, que se tornou presidente do Clube há 20 anos, o Clube do Choro de Brasília não foi despejado, o que teria significado o seu fim. Reco convocou amigos, políticos, músicos, jornalistas e qualquer



Foto: Paulo Passos

Espaço Cultural Clube do Choro: projeto de Oscar Niemeyer

um que pudesse contribuir com o renascimento daquela casa para ajudá-lo. E acabou sendo premiado. O Clube do Choro não só não acabou como cresceu, possibilitou a criação da Escola Brasileira de Choro Raphael Rabello e tornou-se referência no Brasil e no mundo.

O Clube do Choro de Brasília sempre foi assim, conquistando todos os que tinham o privilégio de acompanhar as apresentações da casa. Tanto é que o maior dos arquitetos brasileiros, Oscar Niemeyer, em 2004, sensibilizado com a situação da sede do Clube do Choro – apertada, com pouca ventilação, e com uma escola de choro funcionando em barracos de madeira –, resolveu projetar a nova sede, que viria a abrigar o Clube do Choro e a Escola Brasileira de Choro Raphael Rabello. Em 2011,

o Governo do Distrito Federal inaugurou o novo prédio, que ganhou o nome de Espaço Cultural do Choro. Além de uma sala de espetáculos com 420 lugares, bar e modernos equipamentos de luz e som, o local tem estúdios e salas de aula para os quase mil alunos matriculados na escola e um centro de memória e referência.

Pioneiro no Brasil, o Clube do Choro de Brasília conquistou seguidores e fãs por todo o país. A transmissão da programação da casa para todo o Brasil pelas emissoras públicas de TV possibilitou que os apreciadores da música instrumental acompanhassem os shows sem precisar ir à Capital Federal, que, justificadamente, recebeu o título de "Capital do Choro".

Atualmente, a casa oferece apresentações semanais, de quarta a

sexta-feira, com artistas renomados nacional e internacionalmente. Aos sábados, a vez é dos artistas locais, no projeto chamado Prata da Casa. E aí todos os ritmos brasileiros são contemplados, não só o Choro. A cada ano, o Clube homenageia um grande músico brasileiro. Em 2014, o homenageado é João Donato. O multi-instrumentista brasileiro é assíduo frequentador da casa. Praticamente todos os anos João Donato se apresenta no Clube do Choro. E este ano, certamente, e por motivos óbvios, não será diferente.

Chorões na Alemanha

O grupo Choro Livre, liderado pelo presidente do Clube do Choro – o bandolinista Henrique Lima dos Santos Filho, o Reco do Bandolim –, é o legítimo representante da casa. Além de acompanhar várias das atrações que por lá se apresentam, o grupo viaja, no Brasil e no exterior, divulgando o Chorinho, esse ritmo genuinamente brasileiro, mostrando a genialidade de nomes como Pixinguinha, Jacob do Bandolim, Waldir Azevedo, Ernesto Nazareth, entre outros.

No ano passado, o grupo foi convidado para apresentar-se na Feira do Livro de Frankfurt, Alemanha, um dos maiores eventos do gênero no mundo, que em 2013 homenageou o Brasil. Reco do Bandolim conta que surpreendeu-se com a acolhida dos alemães durante as cinco apresentações que fizeram na feira. O grupo apresentou-se também na lendária casa JazzKeller, um templo do jazz europeu, onde o Chorinho brasileiro foi reverenciado e ovacionado. Os aplausos e os pedidos de bis obrigaram os músicos a voltar três vezes ao palco. Reco fez ainda um *workshop* na Universidade Goethe, onde contou a história do Chorinho brasileiro, animando a palestra com as apresentações, ao vivo, do grupo Choro Livre tocando as canções que melhor representam o gênero. ■

Foto: Kazuo Okubo



Os grupos formados na Escola Raphael Rabello apresentam-se no fim de cada ano letivo

Chorinho se aprende na escola

A Escola Brasileira de Choro Raphael Rabello nasceu em 1998. O presidente do Clube do Choro, Reco do Bandolim, idealizou uma escola de Choro nos moldes das escolas norte-americanas de Jazz, responsáveis pela preservação, renovação e difusão do gênero. O nome da escola é uma homenagem ao músico carioca Raphael Rabello, um virtuose do violão, muito ligado ao Chorinho, amigo e patrono do Clube do Choro, que morreu precocemente em 1995.

Na Escola de Choro são ensinados bandolim, cavaquinho, violão de seis cordas, violão de sete cordas, pandeiro, flauta, clarineta, saxofone, viola caipira, gaita. O objetivo da Escola não é somente o ensino e a aprendizagem, mas, principalmente, a criação musical. A Escola tem como eixo o desenvolvimento dos talentos e a expressão da

individualidade criativa dos seus alunos e do enriquecimento e evolução do Choro.

Para desenvolver a prática de conjunto e incentivar a criação de grupos musicais dedicados ao Chorinho, a Escola promove, no primeiro sábado de cada mês, uma grande roda de choro no gramado próximo à sede, onde professores e alunos se encontram para promover um profícuo diálogo musical. No fim de cada ano letivo, uma semana inteira é dedicada à apresentação dos grupos formados na Escola. Com a presença de parentes, amigos e do público em geral, os novos grupos levam para o palco aquilo que aprenderam durante o ano. Nessas apresentações, novos talentos despontam, mostrando o grande celeiro de músicos em que Brasília se transformou nas últimas décadas. Muito graças ao Clube do Choro.

Sonegadores e Corruptos

comemoram o sucateamento da AGU e PGFN



Enquanto uma minoria poderosa sonega
mais de 400 bilhões por ano,
você paga uma das maiores cargas tributárias do mundo.

saiba mais em **SONEGÔMETRO**.com



Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional

A CÂMARA JÁ APROVOU
O SENADO VAI APROVAR

Presidenta Dilma,
**#Cumpra o
Acordo**

HONORÁRIO É DIREITO DO ADVOGADO



Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional